

# PETIÇÃO Nº 134 / XI/2<sup>A</sup>

à DAC p/a

Clara Amaral

De: Marlene Viegas em nome de CIC-RP Correio  
Enviado: segunda-feira, 31 de Janeiro de 2011 10:27  
Para: Clara Amaral  
Assunto: FW\_PAR: Correio do Cidadão - Petição  
Anexos: PeticaoAfamaCasteloSaoVicenteBaixa.pdf; hidtoria hidrogeologica e termal de Alfama.pdf

13ª Comissão.

11.02.01

*Burban*

-----Mensagem original-----

De: joaomfrebello@gmail.com [mailto:joaomfrebello@gmail.com]  
Enviada: sexta-feira, 28 de Janeiro de 2011 22:24  
Para: www Team  
Assunto: Correio do Cidadão - Petição

Âmbito: Outro

Nome: João Miguel Fernandes Rebelo

Mensagem: Em anexo petição nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição e ao abrigo da lei n.º43/90, enviada ao Exmo sr Presidente da Republica, Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro, Exma Sr Ministra da Cultura, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Exmos Srs Lideres Parlamentares, Exmos Srs Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>386047</u>
Classificação <u>14</u>
Data <u>11 / 01 / 31</u>

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA CESC	
N.º ÚNICO <u>386047</u>	
ENTRADA/SUBA Nº <u>64</u>	DATA <u>01/02/2011</u>

João Miguel Fernandes Rebelo  
Estrada Marquês de Pombal N°58 6Drt  
2635-302 Rio de Mouro

Exmo Sr Presidente da Republica  
Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica  
Exmo Sr Primeiro Ministro  
Exma Sr Ministra da Cultura  
Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa  
Exmos Srs Lideres Parlamentares  
Exmos Srs Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa

**Petição nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição e ao abrigo da lei n.º43/90, enviada ao Exmo sr Presidente da Republica, Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro, Exma Sr Ministra da Cultura, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Exmos Srs Lideres Parlamentares, Exmos Srs Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa.**

Exmos Sr Presidente da Republica, Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro, Exma Sr Ministra da Cultura, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Exmos Srs Lideres Parlamentares, Exmos Srs Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa a preservação do património Português e sua divulgação é uma obrigação além de Constitucional pela alínea e do artigo 9º da Constituição da Republica Portuguesa, uma obrigação moral e patriótica.

Em todos os aspectos Alfama e Castelo de São Jorge são os bairros mais importantes do ponto de vista histórico de todo o país, é certo que o berço da nação é Guimarães mas o país tal como o conhecemos hoje nasceu e cresceu à volta do Castelo de São Jorge e Alfama, a primeira Universidade em Portugal foi em Alfama, implementada por D. Dinis nas Escolas Gerais N°3, só mais tarde é que transferiram a Universidade para Coimbra.

Imagine alguém que sendo da província a sua mãe tinha vindo a Lisboa, à maternidade Alfredo da Costa, dar à luz, 24 ou 48 horas após o parto essa mãe mais o seu filho recém nascido voltam para a sua terra, esse bebé e mais tarde adulto é certo que vai considerar Lisboa apenas o local onde nasceu, mas a sua terra e o seu desenvolvimento foi na terra que o viu crescer e onde ele se desenvolveu.

Assim se passa com Alfama e Castelo de São Jorge, não tenho dúvidas da extrema importância histórica de Guimarães, pois é o berço de Portugal, mas foi em redor do Castelo de São Jorge, Alfama e Baixa pombalina que o país cresceu e se desenvolveu, considerando por isso a zona mais importante do ponto de vista histórico do nosso país, a juntar a estes factos ainda há o facto da existência de todos os vestígios históricos pré nação Portuguesa, desde da Era do ferro, à Era Romana e à ocupação Muçulmana é um património incrível que está a cair de podre na sua grande maioria.

A zona em causa cumpre vários critérios para ser considerado como património da humanidade pela UNESCO. Sendo para tal necessário a sua requalificação urbana, a qual até devido à sua importância é obrigatória constitucionalmente, e apresentar a respectiva candidatura à

UNESCO.



**Alfama** é o mais antigo e um dos mais típicos bairros da cidade de Lisboa. Actualmente, abrange as freguesias de São Miguel, Santo Estêvão e São Vicente de Fora. O seu nome deriva do árabe *al-hamma* (الحمة), que significa banhos ou fontes. As vistas mais espectaculares sobre Alfama têm-se do passeio público formado pelos miradouros das Portas do Sol e de Santa Luzia. Por cima e envolvendo Alfama ficam a colina do Castelo de São Jorge, fortaleza e palácio real até ao século XVI, e a colina de São Vicente. Para além do Castelo, os principais monumentos da zona são a Sé, a Igreja de Santo Estêvão e a Igreja de São Vicente de Fora.

Alfama é um bairro muito peculiar; assemelha-se a uma antiga aldeia na qual as pessoas se conhecem umas às outras e se cumprimentam diariamente. O bairro é frequentado diariamente por turistas portugueses e estrangeiros. É conhecido pelos seus restaurantes e casas de fado, assim como pelos festejos dos Santos Populares, em especial na noite de Santo António, de 12 para 13 de Junho. (Fonte wikipédia)

## Castelo de S. Jorge

Considerado o monumento mais emblemático da cidade de Lisboa, o Castelo de S. Jorge é um testemunho relevante de momentos ímpares da história de Lisboa e de Portugal.

Em 16 de Junho de 1910, meses antes da implantação da República, D. Manuel II, último Rei de Portugal, manda publicar o decreto de classificação do património nacional com estatuto de Monumento Nacional, em cuja lista se incluía o Castelo de S. Jorge.

É o culminar de um processo de enquadramento legal para a conservação do património monumental que se iniciara no século XVIII, no reinado de D. João V, com o famoso Alvará de 20 de Agosto de 1721 em que o Rei determinava que se inventariassem e conservassem “ os monumentos antigos que havia e se podia descobrir no Reino dos tempos em que nele dominaram os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios...”, marcando o início de uma outra maneira de encarar e interpretar os testemunhos materiais da História que permaneceram e sobreviveram, constituindo-se em valores de memória colectiva, símbolos da consciência de um passado feito de culturas diversas.

É, também, a substituição da Antiqualha, tão querida aos eruditos do Renascimento como André de Resende, Francisco de Holanda ou Damião de Góis, pelo Monumento, de Alexandre Herculano, da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses e dos inúmeros académicos do século XIX que contribuíram com o estudo, identificação e inventariação do imenso património nacional, enfatizando a necessidade de salvaguarda, conservação e reparação dos monumentos históricos superlativos para a memória nacional.

Esses valores de memória e antiguidade são atestados na singular relevância histórica e



arqueológica compulsada nos arquivos e no terreno por Augusto Vieira da Silva em 1898, publicando a primeira monografia sobre o Castelo de S. Jorge, que nesse fim de século se escondia parcialmente sob inúmeras construções que ao longo dos tempos foram adaptando os seus espaços a novas funcionalidades. Tal situação não diminuiu porém o mérito do valor intrínseco do monumento cuja autenticidade e significado se mantém ainda, mesmo acumulando as adaptações que se impuseram ao longo dos séculos.

O seu todo autêntico de significados não é mais do que a memória colectiva modelada pelo passar do tempo, materializada num conjunto de testemunhos com uma existência dinâmica que só reforçam o sentimento de identidade vinculada a um passado comum de diversidade que produziu a sua forma actual.

Assim, a área classificada em 1910 integrou um conjunto de património notável constituído pelo castelo e as muralhas, por alguns edifícios que outrora faziam parte do antigo Paço Real da alcáçova, ocupados então pelo quartel, e por uma área designada hoje por Praça Nova que encerra vestígios de várias épocas, desconhecidos na altura, com destaque para o conjunto residencial da época Islâmica.

É nessa zona a nascente do castelo, a Praça Nova, onde hoje se situa o Núcleo Arqueológico, que se encontram os vestígios mais antigos de ocupação da área circunscrita pelo Monumento Nacional e que remontam ao séc. VII a.C., à Idade do Ferro, época em que provavelmente aí se localizava um povoado fortificado.

A escolha do local justificou-se pelas naturais condições de defesa e de vigilância, sobre o Tejo e as terras em redor a perder de vista, oferecidas pelas acentuadas escarpas que sustentam a colina a Norte e Oeste. Estas características também determinariam, mais tarde, o local escolhido para a construção do castelo.

Desse distante século VII a.C preservaram-se algumas estruturas habitacionais, às quais se sucedem outras dos séculos IV a.C e III a.C., visíveis no Núcleo Arqueológico. O espólio associado a estas primitivas ocupações, constituído por diversos objectos – panelas, potes, taças e ânforas – em cerâmica de engobe vermelho ou cerâmica cinzenta de paredes finas, oriundos do Próximo Oriente, ou cerâmicas áticas de verniz preto e figuras vermelhas, provenientes da Grécia, entre outros objectos cerâmicos de produção local, documentam a existência de contactos regulares com os Fenícios que as comercializavam por todo o Mediterrâneo e costa Atlântica através da sua rede de feitorias e colónias.

A ocupação romana do topo da colina do Castelo é ainda pouco conhecida. As fontes escritas documentam que, em 138 a.C., o general romano Decimus Junius Brutus ocupou a cidade e teria construído a sua primeira muralha rodeando e protegendo o seu núcleo urbano, segundo nos deu conta, cerca de cem anos mais tarde, o historiador grego Estrabão. Os testemunhos mais significativos são uma desproporcionada presença de vasilhame para transporte de produtos alimentares (ânforas de vinho, azeite e conservas piscícolas). Este espólio permite, contudo, documentar esse processo de construção social ocorrido durante a República Romana, onde se fez sentir de forma significativa a presença dos romanos «de fora» e das suas importações testemunhadas nos inúmeros exemplares de ânforas provenientes de Itália, da Grécia, ou da costa mediterrânica do Sul de Espanha, alguns deles identificados pelos produtores como é o caso da asa de ânfora, importada de Brindisi – Itália, marcada por Heraios em caracteres gregos HPAIOC. Também a loiça de mesa em cerâmica campaniense de verniz negro trazida da Campânia – Itália atesta essa intensa ligação comercial. Algumas moedas, cunhadas em Roma no período Republicano completam o espólio importado contribuindo para confirmar a sua datação. Porém, são desconhecidas estruturas que permitam definir com maior exactidão o tipo de ocupação do topo da colina do Castelo, evidenciando, os poucos vestígios conhecidos, as características de uma área monumental, talvez de carácter religioso, no período Imperial.

Do período tardo-romano e durante as monarquias Sueva e Visigoda, os testemunhos são

esparços ou ainda desconhecidos. Lisboa enquanto cidade no limite geográfico e cultural das grandes civilizações mediterrânicas que lhe moldaram o percurso contínuo de urbe atlântica orientada para o comércio conheceu, certamente, alguma regressão urbana e económica durante os séculos VI a VIII, situação de resto comum a todas as cidades grandes ou médias do antigo império romano.

Em 714, quando Aidulfo, nobre da família do rei visigodo Vitiza, senhor de Aschbouna negoceia a entrega da cidade com Abd al-Azîz, filho de Mûsâ, comandante (al-Walîd) árabe da Hispania, um novo ciclo se inicia. O tratado de rendição assegurava a liberdade das «gentes do livro», ou seja Judeus e Cristãos, mediante o pagamento anual de um tributo e o compromisso de lealdade e vassalagem à soberania Islâmica.

Porém destes primeiros três séculos de Al-Uxbuna pouco se sabe, para além, das esparsas referências em documentos que relatam situações de conflito com cristãos ou dão notícia de revoltas no seio da aparente hegemonia islâmica, entre árabes, berberes e muladis.

De 798 a 808, a cidade encontra-se sob o poder de D. Afonso II, Rei das Astúrias, que a conquista no seguimento das campanhas de reconquista de território aos muçulmanos que promove a partir do Norte da Península. Em 844 há notícia do ataque normando que sitia a cidade durante 13 dias. Em 886, é novamente notícia devido a revolta do governador, obrigando à intervenção do Emir de Córdova que envia uma esquadra para pôr fim à insurreição e prender o governador. Em 953, o rei Ordonho III de Leão toma Al-Uxbuna derrubando parte das muralhas da cidade. Em 966, um novo ataque normando é repellido com a ajuda do exército enviado pelo Califa de Córdova al-Hakan II.

Nas primeiras décadas do século XI a hegemonia do Califado não resiste às forças desagregadoras dos pequenos poderes regionais que se fortalecem na exacta medida que aquele se fragiliza e à presença cada vez mais significativa das monarquias cristãs do Norte que forçam amiúde as fronteiras a Sul com fossados cada vez mais ousados. Em 1031 todo o território peninsular sob o domínio islâmico fragmentou-se em diversos principados entregues a si próprios, os reinos das Taifas (facções).

Neste mundo conturbado de conflitos entre árabes, berberes e cristãos, assolado ainda por expedições normandas que saqueavam as cidades costeiras, reforçaram-se as defesas das cidades através de um complexo sistema de fortificações - muralhas, castelos, atalaias.

No Garb-al-Andalus Lisboa era a mais importante cidade da costa atlântica ocidental possuindo um vasto e rico interland (num eixo que abrangia desde Sintra a Santarém) que abastecia de produtos as rotas comerciais que a bordejavam, herança recebida desde época fenícia, mantida por romanos e continuada agora por muçulmanos. Al-Razî, Al-'Udrî, Al-Bakrî ou Idrîsî, autores árabes dos séculos X a XII que nos legaram um vislumbre sobre o território do ocidente peninsular islâmico, atestam essa abundância económica da cidade de origens perdidas no tempo. Porém, não obstante ser a cidade maior e mais próspera do território que hoje é Portugal, gozando até de uma certa autonomia, nunca revelou um papel de liderança enquanto centro de decisão político ou administrativo, ou mesmo militar e económico.

À semelhança de outras cidades do Al-Andalus, Lisboa vivia em torno da medina (madînat), o núcleo urbano principal com os seus bairros organizados por ofícios, etnias e credos (as judiarias e moçarabias), com o souk (o mercado), as mesquitas e provavelmente as igrejas, protegida por uma muralha que em caso de necessidade acolhia ainda as populações dos arrabaldes que se localizavam na actual Alfama e em parte da zona da Baixa, no pé da colina do Castelo.

As elites políticas, militares e administrativas que comandavam os destinos da urbe viviam na zona mais inacessível da medina, a alcáçova (al-qasaba), a cidadela fortificada onde se localizava o palácio do alcaide, o castelo e as zonas residenciais para as elites do governo. As suas muralhas com as portas que lhe davam acesso são ainda hoje visíveis na Praça Nova e no Largo do Chão da Feira, pois devido à topografia do terreno o perímetro da alcáçova manteve-se inalterado ao longo

destes séculos, não obstante alguns dos seus troços se encontrarem escondidos pelas construções existentes actualmente.

Naquele contexto de instabilidade de meados do século XI a zona Norte da alcáçova foi alvo de uma reorganização urbanística que levou à construção do castelo e das casas e arruamentos da Praça Nova, que se mantiveram preservadas em parte e hoje se encontram musealizadas.

É provável que anteriormente já existisse no local uma fortificação, porém, as sondagens arqueológicas numa zona do interior do castelo e as escavações arqueológicas realizadas na Praça Nova vieram documentar que toda aquela área sofreu uma intervenção global consubstanciada em demolições e terraplanagens para a construção da actual fortificação e de uma zona residencial, situação que poderia relacionar-se com uma necessidade de reforço do sistema defensivo da alcáçova face à instabilidade dos tempos.

À semelhança do que acontecia noutras cidades islâmicas do al-Andalus, o local escolhido para a construção do castelo da alcáçova obedecia a determinadas características topográficas, como a dificuldade de acesso e a existência de um maciço rochoso escarpado de forma a potenciar a inexpugnabilidade da fortificação dissuadindo assim um pretenso ataque. Com uma planta quadrangular com cerca de 50 m de largura dividido por um muro com uma torre adossada, o castelo preserva ainda as onze torres, uma das quais a meia encosta, designada por torre da couraça e que permitia o acesso a um ponto de água em caso de cerco prolongado.

Ao contrário dos castelos da Europa cristã, este tipo de fortificações no sul islâmico urbano albergava exclusivamente a guarnição militar que assegurava a protecção da cidade e em caso de cerco o comando militar, integrando o complexo sistema defensivo próprio das cidades islâmicas constituído pelas muralhas da medina e da alcáçova e pelas atalaias situadas em locais estratégicos em redor da cidade.

A área residencial posta a descoberto no âmbito das escavações arqueológicas, caracteriza-se por um conjunto de estruturas habitacionais, entre as quais se destacam duas casas geminadas de dimensões generosas, respectivamente 160 m<sup>2</sup> e 187 m<sup>2</sup>, enquadradas por três ruas, encontrando-se na rua empedrada de acesso às casas o sistema de saneamento próprio das cidades islâmicas. As casas apresentam acabamentos de qualidade, particularmente nos salões onde as paredes ostentam estuques pintados e decorados com motivos geométricos e com o “cordão da felicidade” motivo típico da cultura islâmica. Também os pavimentos apresentam um acabamento cuidado de argamassa branca ou do tipo “almagre” (argamassa pintada a vermelho). Numa das casas também as paredes do pátio revelam vestígios de terem recebido um acabamento de estuque decorado com motivos geométricos.

Dos habitantes desta área residencial, nos longínquos séculos XI e XII, época dos Reinos das Taifas e do Império Almorávida, conhecem-se agora as casas, as ruas por onde circulavam e os objectos que nos permitem imaginar a sua vida quotidiana, os seus hábitos e gostos ou a sua atitude perante a morte, testemunhos resgatados pelos arqueólogos aos séculos de terra que os escondiam.

Em 1147, D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, com a ajuda da Segunda Cruzada, conquista a cidade que capitula após cinco meses de cerco. Em 25 de Outubro desse ano, o novo poder instala-se no Castelo de S. Jorge. Os personagens mudam mas permanecem as funções e a nobreza dos residentes que adoptam os espaços funcionais dos antecessores.

A antiga zona palatina serviu de aposentos aos novos senhores, o castelo permaneceu como local de comando militar, adoptando a orgânica funcional anterior, a área residencial, junto à antiga mesquita consagrada agora ao culto cristão, foi doada ao Bispo de Lisboa para aí construir o seu paço e fundou-se a freguesia de Santa Cruz da alcáçova onde se estabeleceram os nobres ligados ao poder.

Estabilizada a vida quotidiana na cidade, vários foram os edifícios da alcáçova que receberam obras de reparação ou adaptação. O Palácio dos Bispos, no actual sítio da Praça Nova,

foi remodelado. O Paço Real foi alvo de obras no reinado de D. Afonso III (1248-1279), que deixa o seu brasão d' armas na porta hoje designada do Espírito Santo. As obras na área palatina prosseguiram no reinado de D. Dinis (1279-1325) que segundo os documentos dotou o Paço de melhores condições e ordenou que todos os dias se rezassem as horas canónicas na capela real de S. Miguel, da qual ainda hoje são visíveis os vestígios da abside. As obras realizadas neste período devem ter sido consideráveis para que no século XVI, Damião de Góis, Guarda-mór da Torre do Tombo e cronista real, afirmasse que os paços haviam sido feitos por D. Dinis. O castelo e as muralhas certamente que também foram reparados aqui e ali.

De meados do séc. XIII até ao início do séc. XVI, o Castelo de S. Jorge conheceu o seu período áureo. Nos edifícios onde hoje se encontra o Núcleo Museológico, o Café do Castelo e o Restaurante Casa do Leão, localizava-se o antigo palácio do alcaide mouro que se converteu em residência dos Reis de Portugal quando estavam em Lisboa. Transformado em Paço Real, ampliaram-se e adaptaram-se os espaços antigos, construíram-se outros novos, instalou-se o Rei, a Corte e o arquivo régio numa das torres do castelo, receberam-se personagens ilustres nacionais e estrangeiras, realizaram-se festas e aclamaram-se Reis.

Era aqui a residência do Rei e da Corte, do Alcaide que zelava pela defesa da cidade e do Bispo que orientava a vida espiritual. Tanto os espaços palatinos, como o castelo e as muralhas ou o Paço dos Bispos recebem obras nos reinados de D. Afonso IV (1325- 1357), de D. Fernando em 1373-1375 quando promove a campanha da nova muralha da cidade que ficou com o seu nome (muralha Fernandina) e D. João I (1385 - 1433) que mandou aterrar o fosso do castelo entre outras obras de reparação, ou dos Bispos que sucessivamente foram introduzindo adaptações nos seus paços registadas pela arqueologia.

Ao Paço Real da alcáçova, com as suas inúmeras dependências, ao castelo, agora devotado a S. Jorge, santo padroeiro dos cavaleiros e das Cruzadas, por ordem do rei D. João I, e ao Paço do Bispo, juntaram-se, segundo os documentos, as Casas da Rainha, com as Cavalariças e o Hospital, casas de nobres da Corte, uma ou duas albergarias, a igreja e o cemitério, as capelas e alguns serviços da Administração, a Chancelaria, os Contos do Rei e o Arquivo Régio.

No século XV e XVI, na vetusta alcáçova, manteve-se no castelo a Torre do Tombo, que se alargou por algumas alas do antigo Paço Real, os Paços da Rainha, as Confrarias e as casas apalaçadas de funcionários nobres ligados à família Real. Foi construída a Ermida do Espírito Santo, o antigo Paço dos Bispos cedeu lugar ao Palácio dos Condes de Santiago, e criou-se o Recolhimento da N.ª Sr.ª da Encarnação, para as meninas órfãs da nobreza.

É o auge da vida da Corte na alcáçova e em particular no Paço Real: a aclamação do rei D. Duarte em 1433, o sarau em honra do casamento de D. Leonor com o Imperador da Alemanha Frederico III em 1451, a aclamação de João II em 1481, a reunião de Cortes de 1498, a recepção do rei D. Manuel a Vasco da Gama regressado da Índia em 1499, o Natal de D. Manuel I em 1501, o nascimento do príncipe D. João, futuro rei D. João III, ou a apresentação da primeira peça de Gil Vicente, ambos em 1502, entre outros acontecimentos que marcaram certamente o dia-a-dia dos residentes neste espaço privilegiado de Lisboa.

Nas casas dos habitantes dessa época, encontravam-se cerâmicas vidradas, faianças azuis e brancas de produção local, cerâmicas douradas de Valência, em maior quantidade e diversidade, majólicas de Itália e uma profusão de recipientes de cerâmica comum característicos da época, como as infusas para líquidos, os almofarizes, os copos de medida, as candeias ou os camareiros, objectos que integram, hoje, o acervo do Núcleo Museológico. Os palácios ostentavam revestimentos de azulejos policromos e pavimentos de tijoleiras e losetas em técnica de aresta, como os que se apresentam na colecção visitável, ou pavimentos idênticos ao exemplar in situ do Palácio dos Condes de Santiago, de finais do século XV ou inícios do século XVI, de argamassa vermelha com quadrados entrecruzados decorado nas pontas com losetas monocromas verdes e brancas e azulejos de arestas com motivo de estrela em azul, amarelo e negro, ainda preservado e visível.

O século XVI dita uma renovação mais substantiva da ocupação do Castelo de S. Jorge, marcada pela transferência do Rei e da Corte para o Paço da Ribeira situado no Terreiro de Paço e pelo regresso da vida militar que sobreveio com a integração de Portugal na Coroa de Espanha em 1580. Porém, D. Sebastião (1557-1578) mandou ainda proceder a obras no antigo Paço Real e em 1571 é no Paço Real da alcáçova que recebe o Cardeal Legado do Papa Pio V numa recepção primorosamente documentada por João Baptista Venturino, secretário do Cardeal, numa epístola onde este descreve detalhadamente o velho Paço Real.

Os sessenta anos de integração do reino de Portugal na coroa de Espanha, entre 1580 e 1640, introduziram alterações significativas no Castelo de S. Jorge que reassumiu um papel de comando político e defesa. Parte da área ocupada pelo Paço Real da alcáçova foi transformada em quartel para aí instalar o Governador e a sua guarnição militar, sofrendo obras de adaptação e modernização defensiva. Em 2 de Dezembro de 1640, quando o Castelo de S. Jorge é entregue a D. Álvaro de Abranches, a guarnição do castelo contava com 500 soldados espanhóis.

Após a Restauração em 1640 permaneceu a matriz militar, manteve-se o quartel e a prisão e o novo Alcaide-Mor instalou-se no actual Palácio do Governador, que integrava o antigo Paço do Rei. Numa das torres do castelo e nas alas do antigo Paço continuou a funcionar a Torre do Tombo. Situado no sítio onde hoje se encontra a Bilheteira do Castelo de S. Jorge, o hospital, dirigido pelos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus, após o interregno de uns anos, voltou a receber militares doentes. As casas apalaçadas existentes continuaram ocupadas, como o Palácio dos Condes de Santiago ou o Recolhimento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Encarnação. Construíram-se novas Ermidas e criaram-se mais Confrarias.

Do dia-a-dia dos habitantes dos palácios e do hospital conhecem-se, hoje, vários objectos utilitários que deixam perceber as mudanças lentamente enraizadas: as louças são personalizadas com os brasões dos proprietários e as cerâmicas vidradas e as faianças substituem a cerâmica comum. Nas casas mais abastadas não faltavam as porcelanas da China. Os vidros são mais abundantes, bem como os especeiros, objecto emblemático da alteração dos hábitos alimentares.

No século XVIII e XIX o Castelo de S. Jorge recebe as alterações mais profundas. Com o terramoto de 1755, as muralhas, o castelo, o antigo Paço Real, bem como a maior parte dos palácios, ermidas, igreja e outras construções existentes ficaram em ruínas. Sobre os escombros dos antigos edifícios, foram lentamente construídos outros que esconderam as ruínas dos anteriores. Só a igreja de Santa Cruz foi reconstruída. O castelo e parte dos vestígios do antigo Paço Real da alcáçova foram redescobertos já no século XX, após as demolições das construções pós-terramoto que os encobriam.

Os objectos fragmentados ou deformados pelo calor dos incêndios que deflagraram a seguir ao terramoto, encontrados nos escombros do Palácio dos Condes de Santiago e no Hospital dos Soldados, postos a descoberto durante as investigações arqueológicas, testemunham bem os estragos causados nesta zona da cidade. Outros foram recolhidos nos dias seguintes, como os documentos e livros arquivados na Torre do Tombo que se espalharam por toda a área conforme relata o Guarda-Mór da época numa carta ao Rei em que solicita autorização para construir na Praça d'Armas umas barracas para acomodar os livros e documentos antigos dispersos pelo chão.

Em 1780, no contexto dos problemas sociais decorrentes do terramoto, D. Maria I manda instalar nos edifícios antigos do Paço Real e em parte das edificações dos quartéis, a Casa Pia de Lisboa, fundada para receber crianças pobres, órfãs e abandonadas. Sob a responsabilidade do arquitecto Manuel Caetano de Sousa foram efectuadas obras de adaptação das antigas edificações, abertas cisternas e expropriados os terrenos de pão e olival junto à torre de S. Lourenço para abastecimento dos internados que ali permaneceram até 1807. Foram também avultadas as obras do General Eusébio Furtado, governador da praça militar do Castelo de S. Jorge, realizadas de 1841 a 1846.

Desde então até às primeiras décadas do século XX foram-se adaptando os espaços ao sabor



das necessidades da vida militar, tanto nos edifícios do antigo Paço Real como noutros que foram surgindo no Castelo de S. Jorge e que paulatinamente foram escondendo os vestígios das edificações palatinas antigas.

É no decorrer do século XX que se redescobre o castelo, os vestígios do antigo Paço Real, a alcáçova islâmica e as vivências de outrora. As intervenções de 1938-40 promovidas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conferiram-lhe a imponência actual, resgatada no meio das demolições então levadas a cabo, atestando materialmente aqui e ali fragmentos das construções do passado documentadas amiúde nas fontes escritas. As outras que se seguiram, em particular as que se iniciaram na última década do século XX, contribuíram de forma singular para avivar a memória e lembrar a antiguidade da ocupação no topo da colina, restituindo à História páginas que estavam em branco e, acima de tudo, confirmando o inestimável valor histórico que fundamentou a classificação do Castelo de S. Jorge como Monumento Nacional no início do século XX.

Neste percurso de muitos séculos o Castelo de S. Jorge é ele próprio um testemunho único dessa dinâmica tão própria da arquitectura que atravessa os séculos reinventando-se e adaptando-se na continuidade e diversidade ao sabor da vontade humana que nas suas obstinações constrói e desconstrói, e, sem se dar conta, escreve e apaga páginas da História. É nesta complexidade de registos materiais que foram ficando dispersos e isolados ao longo dos tempos que também se faz a imagem do Monumento Nacional sem que isso determine uma desvalorização do seu significado histórico.

Neste seu devir histórico o Castelo de S. Jorge – Monumento Nacional é indissociável da sua envolvente, a actual freguesia do Castelo, com a qual se confunde no tempo e no espaço, constituindo uma unidade urbana especial no contexto da cidade de Lisboa desde meados do século XI, expressa por uma identidade própria feita de histórias cruzadas e por um urbanismo que se adaptou com os tempos mas que viveu, e vive, confinado às muralhas que coroam o recorte do relevo do topo da colina.

Fonte: <http://www.castelodesaojorge.pt/?t=sabermais&id=21>

A **baixa de Lisboa**, também chamada **Baixa Pombalina** por ter sido edificada por ordem do Marquês de Pombal, na sequência do terramoto de 1755, cobrindo uma área de cerca de 23,5 hectares. Situa-se entre o Terreiro do Paço, junto ao rio Tejo, e o Rossio e a Praça da Figueira, e longitudinalmente entre o Cais do Sodré, o Chiado e o Carmo, de um lado, e a Sé e a colina do Castelo de São Jorge, do outro.

A freguesia de São Nicolau ocupa a parte central da Baixa, sendo rodeada, no sentido dos ponteiros do relógio, pelas freguesias dos Mártires, Sacramento, Santa Justa, São Cristóvão e São Lourenço e Madalena.

A Baixa é formada por um conjunto de ruas rectas e perpendiculares organizadas para ambos os lados de um eixo central constituído pela Rua Augusta. Os edifícios têm uma arquitectura semelhante, com rés-do-chão comerciais e andares superiores para habitação. As dimensões de vãos e pés-direitos eram uniformes, o que permitiu a construção mais rápida com recurso a elementos pré-fabricados, como é o caso das cantarias das janelas de dois únicos tipos — um para as fachadas das ruas principais e outro para as fachadas das ruas secundárias.

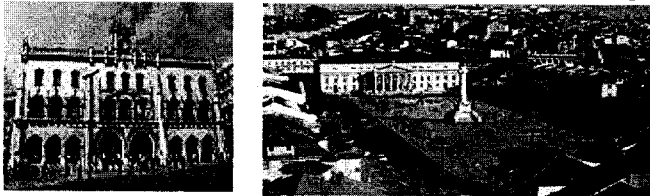
As fundações dos edifícios assentam sobre estacaria em pinho verde, cravada em terrenos de aluvião abaixo do nível freático, servindo de embasamento para os alicerces. Ao nível das lojas, as salas são abobadadas com tijoleira e rematadas por arcos de cantaria. Os andares superiores foram construídos com uma das particularidades notáveis das estruturas pombalinas, a designada *gaiola pombalina*, uma estrutura interior de madeira com travamento, projectada para distribuir as forças sísmicas.

É um dos primeiros exemplos de construção anti-sísmica. Os modelos arquitectónicos foram testados com a utilização de tropas em marcha para simular um terramoto.

Para a prevenção e combate aos incêndios, todos os quarteirões tinham poços de água nos saguões e as paredes entre os edifícios eram mais altas que o telhado para prevenir a progressão do fogo (paredes corta-fogo).

A Baixa dispôs da primeira verdadeira rede de esgotos domésticos, dando para colectores subterrâneos sob as ruas.

Foi apreciada como candidata portuguesa à lista de Património Mundial em 7 de Dezembro de 2004, declarando-a superior às áreas planeadas em Edimburgo, Turim e Londres; inclusivamente, a inscrição alega que os planos da reconstrução de Londres após o Grande Incêndio "não implementa princípios gerais" tais como os conseguidos na zona pombalina.



A Igreja de São Vicente de Fora, também referida como **Mosteiro de São Vicente de Fora**, localiza-se no bairro histórico de Alfama.

Remonta a uma igreja, principiada em 1582 no local onde D. Afonso Henriques havia mandado construir um primitivo templo também sob a invocação de São Vicente. Esse santo foi proclamado padroeiro de Lisboa em 1173, quando as suas relíquias foram transferidas do Algarve para uma igreja fora das muralhas da cidade.

Concluída em 1627, a sua traça é de autoria do arquiteto Filippo Terzi.

A 4 de Dezembro de 1720, João Frederico Ludovice foi nomeado como "Mestre Architecto das Obras do Real Mosteiro de São Vicente de Fora", sucedendo ao architecto Luís Nunes Tinoco:

*"...D. João por graça de Deus, ...faço saber aos que esta minha carta virem que Eu Hey por bem fazer mercê a João Frederico Ludovice da propriedade do officio de Mestre Architecto das Obras do Real Mosteiro de São Vicente de Fora para o servir assi e da maneira que o servirão seus antecessores..." (ANTT)*

É de autoria deste profissional o imponente altar barroco, encomendado por João V de Portugal, que ocupa o centro da Capela-mor. Colocado sob o baldaquino, assenta em quatro potentes colunas. Sobre altos plintos destacam-se oito imagens monumentais, de madeira pintada de branco, ao gosto italianizante da Escola de Mafra Ludoviciana, representando São Vicente de Fora e São Sebastião, tendo sido executadas por Manuel Vieira, a quem se devem ainda as belas esculturas de anjos, colocadas sobre as portas de acesso ao côro dos cônegos.

Fonte: wikipédia



A designação de **Panteão Nacional** em Portugal é partilhada por dois monumentos: a **Igreja de Santa Engrácia** e o Mosteiro de Santa Cruz.

A **Igreja de Santa Engrácia** localiza-se na freguesia de São Vicente de Fora, em Lisboa, Portugal. Passou a ter a função de **Panteão Nacional** a partir de 1916. O estatuto de Panteão Nacional foi reconhecido ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em Agosto de 2003.

## História Da Igreja de Santa Engrácia

O actual templo situa-se no local de uma primitiva igreja, erguida em 1568 por determinação da Infanta D. Maria, filha de Manuel I de Portugal, por ocasião da criação da antiga freguesia de Santa Engrácia.

Essa antiga igreja, severamente danificada por um temporal em 1681, foi alvo de constantes modificações e alterações, de tal modo que hoje nada resta dela.

A primeira pedra do actual edifício, o primeiro em estilo barroco no país, foi lançada em 1682. As obras perduraram tanto tempo que deram azo à expressão popular "*obras de Santa Engrácia*" para designar algo que nunca mais acaba. A igreja só foi concluída em 1966, 284 após o seu início.

O edifício é coroado por um zimbório gigante. O seu interior está pavimentado com mármore colorido.

Fonte: wikipédia

Para além de todas as características destas zonas anteriormente descritas, temos também que ter em conta a história das águas minero-medicinais de Alfama, que envio em documento anexo.

Para além de toda a beleza do conjunto de todas as zonas em questão, encontramos entre muitos outros os seguintes monumentos e locais de alto interesse histórico e cultural:

- Castelo de São Jorge
- Mosteiro de São Vicente
- Igreja da Graça
- Igreja de santo Estevão
- Portas do Sol
- Miradouro de Santa Luzia

- Sé de Lisboa
- Museu do Fado
- Os vários chafarizes de Alfama
- Igreja de Santo António
- Igreja de São Miguel
- Igreja da Madalena
- Ruínas do Carmo e Convento do Carmo
- Teatro D. Maria II
- Fachada da Estação do Rossio
- Elevador de Santa Justa
- Igreja de São Roque
- Ruínas romanas da Sé de Lisboa
- Ruínas Romanas da Rua dos Corrieiros e Rua da Conceição
- Teatro Romano e respectivo museu
- Museu do Azulejo e Igreja da Madre Deus (um pouco afastado da zona, mas deve ser considerado na candidatura)
- Os vários museus existentes.
- Elevador da Glória, do Lavra e da Bica.
- Museu da Água (Rua do Alviela e Principe Real)
- Ermida da Nossa Senhora da Saúde

Para ser considerado como património da humanidade basta cumprir um dos critérios exigidos pela UNESCO, no entanto Alfama, Castelo de São Jorge, São Vicente e Baixa Pombalina cumprem vários critérios, desde o 2º critério: *"exibe um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo, ou dentro de uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitectura ou tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano, ou desenho da paisagem"*, ao 3º critério: *"tem um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido"*, ao 4º critério: *"é um excelente exemplo de um tipo de edifício, de arquitectura, grupo ou tecnológico ou de paisagem que ilustra uma etapa significativa na história da humanidade"*, a outros critérios, só não se entende porque razão Alfama, Castelo de São Jorge, São Vicente e Baixa Pombalina não estão classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO.

Aproveito também aqui para salientar que a Fragata D. Fernando II e Glória está ancorada num local muito pouco digno para tal embarcação, não por incúria da Armada Portuguesa, que dela tem cuidado com todo o amor e carinho, mas por certo por falta de recursos para a ter noutra local, era ideal esta passar a pertencer ao espólio de Alfama, Castelo de São Jorge, São Vicente e Baixa Pombalina, como museu, arranjando condições e ancorando-a no actual cais da armada em frente à Casa dos Bicos, no Campo das Cebolas.

Pelo exposto apresento esta petição aos órgãos referidos no sentido de cumprirem a alínea e) do Artigo 9º da constituição em relação à preservação do património e efectuarem a respectiva

candidatura de Alfama, Castelo de São Jorge, São Vicente, Baixa Pombalina, Museu do Azulejo e Igreja da Madre Deus a património da humanidade da UNESCO.

Convidando-os também a serem membros desta causa pública em:

[http://www.causes.com/causes/540071?recruiter\\_id=151338389](http://www.causes.com/causes/540071?recruiter_id=151338389)

<http://www.facebook.com/home.php#!/pages/Alfama-Castelo-Sao-Vicente-e-Baixa-Pombalina-a-Patrimonio-da-Humanidade/108012942603067>

Grato pela vossa atenção.

O peticionário

Rio de Mouro, 28 de Janeiro de 2011

João Rebelo

# As águas de Alfama – memórias do passado da cidade de Lisboa

## Alfama springs – memories from the past in Lisbon

Elsa Cristina Ramalho<sup>1</sup> e Maria Carla Lourenço<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho pretende dar a conhecer ou a relembrar a existência em Lisboa de um conjunto de nascentes localizadas na zona de Alfama, cujas águas, quentes, foram no século XIX qualificadas como “águas minero-medicinais” pela então Inspeção de Águas. As águas destas nascentes, entretanto totalmente seladas e abandonadas há mais de 25 anos, chegaram a ser aproveitadas em vários “balneários públicos”, que serviram durante décadas a população da cidade de Lisboa e arredores, fundamentalmente de parques recursos. Tendo tido uma influência significativa na vida da população de Lisboa, este trabalho aborda, de uma forma simplificada, a localização geográfica das nascentes baseada na documentação histórica, que hoje desapareceram por completo, bem como as características geológicas e hidrogeológicas da zona e o modo como estas águas foram exploradas durante vários séculos.

### Abstract

This paper aims to bring to general knowledge the existence in Lisbon of a set of warm springs located in Alfama. The water from those springs was qualified in the XIX<sup>th</sup> century as “mineral water” by the authorities. These springs, sealed and abandoned more than 25 years ago, were used in several “public baths” that worked for decades and served Lisbon population and surroundings, mainly with low resources. These waters had a significant influence in Lisbon life. This paper intends to show, in a simplified way, the geographical spring location based on historical documents, the geological and hidrogeological characteristics of the area and the way these waters were exploited for several centuries.

### 1. Introdução

Existem registos históricos amplamente documentados da existência de nascentes na zona de Alfama, cujo caudal generoso possibilitou uma utilização diversificada, consoante o local e o tipo de emergência. No entanto, verifica-se a confrontação constante com o desconhecimento generalizado da antiga existência de “termas” na zona de Alfama, nas chamadas Alcaçarias. O interesse sempre suscitado por este assunto constituiu o ponto de partida para a elaboração deste trabalho, que pretende englobar de uma forma simples questões de índole hidrogeológica e histórica, através da sua relação com a vivência de Alfama, das suas águas e do modo como estas foram exploradas. Os registos históricos e hidrogeológicos destas nascentes, grande parte das quais com temperatura acima de 20°C, que tiveram condições para, no final do século XIX serem qualificadas de “águas minero-medicinais” pela então Inspeção de Águas, põem a descoberto um aspecto da vida da cidade de Lisboa, hoje praticamente desconhecido. De facto, as águas de Alfama foram muito conhecidas em Lisboa, tendo sido, *inclusive*, objecto de concessão de exploração, ainda no século XIX, de quatro “balneários públicos”, que operaram durante algumas décadas. Além disso, a Fonte das Ratas, uma nascente localizada no Largo das Alcaçarias, atingiu uma grande popularidade na década de 60 do século passado, apesar de nunca ter sido qualificada como “água minero-medicinal” à luz da legislação então em vigor.

<sup>1</sup> Técnica Superior do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), Estrada da Portela, Zambujal, Alfragide, Apartado 7586, 2721-866 AMADORA; e-mail: elsa.ramalho@ineti.pt

<sup>2</sup> Técnica Superior do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), Estrada da Portela, Zambujal, Alfragide, Apartado 7586, 2721-866 AMADORA; e-mail: carla.lourenco@ineti.pt; membro da APRH nº 1143

Apesar de praticamente desconhecidas na actualidade, a sua existência é conhecida pelo menos desde os tempos árabes, nomeadamente o período romano; não existe consenso acerca da origem e do significado da palavra *Alfama* (Santana e Sucena, 1994), no entanto é hoje geralmente aceite que tenha a sua origem a partir da corrupção do termo árabe *Alhama*, que significa fonte quente (Vieira da Silva, 1987; Santana e Sucena, 1994). O significado do termo *Alcaçarias* também não é unânime. De acordo com Vieira da Silva (1987a), o termo árabe *Alcaçarias* significa "lugar onde se curte e prepara toda a qualidade de pele e courames". Outros autores consideram que a origem do termo não está relacionada com a existência de água, mas sim com estabelecimentos comerciais.

As nascentes encontram-se situadas extramuros relativamente à "Cerca Moura" de Lisboa (Vieira da Silva, 1987), pelo que Alfama era um local que só com o desaparecimento da muralha moura anexou uma parte da cidade, até à Sé (Santana e Sucena, 1994). Os mesmos autores referem que, com a conquista de Lisboa em 1147, a evacuação dos habitantes mouros da cidade intramuros e a fixação na Mouraria e na região rústica, a norte, dos que quiseram ficar, Alfama foi povoada por cristãos, e mais tarde, no século XIV, recebeu também os judeus que habitaram a Judiaria de Alfama, a qual compreenderia a Rua da Judiaria, o Largo de S. Rafael e o Beco das Barrelas.

A figura 1 mostra a localização da zona de Alfama em relação à "Cerca Moura", em gravura do século XVI.

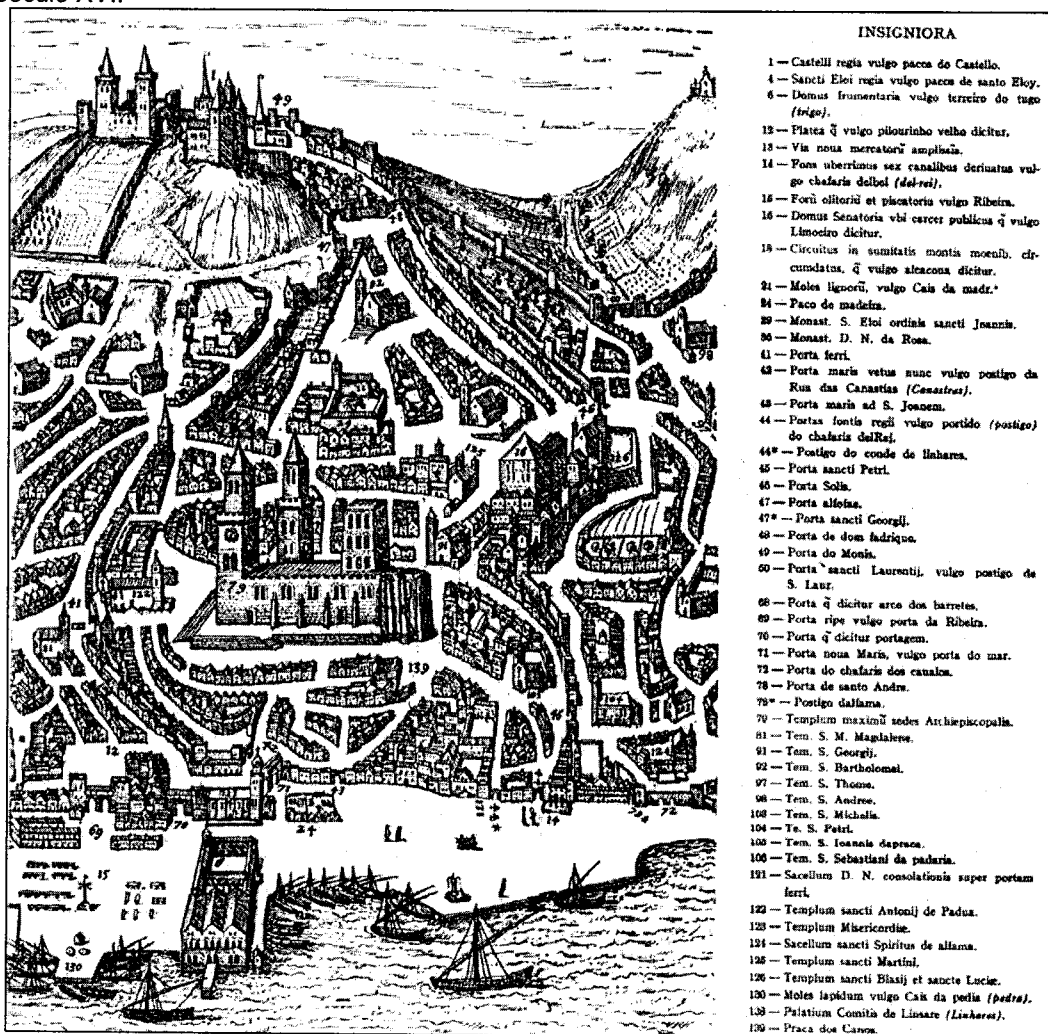


Fig. 1 – Localização das águas de Alfama em relação à "Cerca Moura" – extracto de vista de Lisboa de obra "Vrbium præcipuarvm mundi theatrvm quintvm – Avtore Georgio Braunio Agrippinate" – editada na Alemanha em 1593(?), retirada de Vieira da Silva, 1987). Compreende a "Cerca Moura" e engloba a zona de Alfama. Atente-se especialmente nos números 14 (Chafariz de El-Rei), 44 (Postigo do Chafariz de El-Rei), 78 (Postigo de Alfama) e 72 (Porta do Chafariz dos Cavalos).

## 2. A água

A história documentada das águas de Alfama é antiga, quer em relação à sua termalidade, quer ao aproveitamento das virtudes terapêuticas que se afirmava terem. Acciaiuoli (1944) faz referência ao capítulo XII do livro de 1610 escrito por Duarte Nunes de Leão, “Descrição do Reino de Portugal”, que dizia que as Alcaçarias “*serviam às mulheres de serviço para ensaboarem a roupa, por escusarem aquestar a água, a qual se se bebesse, parecia que faria algum bom efeito.*” Segundo parece, esta é a primeira referência feita quer à termalidade das águas, quer a efeitos benéficos que estas produziriam. O mesmo autor indica que Frei Cláudio da Conceição, no tomo VI do Gabinete Histórico, publicado em 1820, refere alguns factos memoráveis entre os anos de 1710 e 1717, de onde se destaca, em 17 de Junho de 1716, a abertura dos banhos chamados, até então, das Alcaçarias e de aí por diante do Duque “*por ser o Duque de Cadaval senhor deles*”. É também nesta publicação que se faz uma primeira referência explícita às virtudes terapêuticas da água, comparando-as com a das Caldas da Rainha e à sua exploração para balneários públicos, sob orientação de cirurgiões britânicos, que “*tomaram por sua conta reduzir a forma mais cómoda o uso destes banhos, reduzindo-os a catorze, com os seus camarotes, seis para homens e oito para mulheres, todos providos de muita água e com tão boa ordem que as mulheres têm diferente entrada e se não podem encontrar com os homens.*” De acordo com Acciaiuoli (1944), o primeiro estabelecimento termal que se fundou na zona de Alfama, com água das Alcaçarias, foi o do Duque do Cadaval, em 1716; em 1725, havia dois estabelecimentos, o do Duque e outro particular; em 1810, havia o do Duque, os Banhos de D. Clara e os Banhos do Doutor.

É de Henriques (1726) a primeira descrição médica exaustiva das virtudes terapêuticas das águas das Alcaçarias, a que ele chamou de “Caldas de Lisboa Oriental”. No século e meio que se seguiu, outras referências a estas águas foram feitas por nomes ilustres, como Castro Sarmiento em 1735, Francisco Tavares em 1810, Sousa Pinto em 1839, Veloso de Andrade em 1851 ou Rotureau em 1864, que descreve o estado de demolição das Alcaçarias do Duque, quando mediu as propriedades físicas e químicas da água (Acciaiuoli, 1944).

As Alcaçarias do Duque, localizadas nos n.ºs 52 a 60 da Rua do Terreiro do Trigo, pertencentes à Casa do Cadaval, foram construídas em 1640 por um mercador veneziano no sítio da quinhentista “casa da água das muralhas” e ampliadas em 1716 através da construção de novo estabelecimento; este edifício setecentista foi substituído em 1864 e revestido na fachada, segundo Júlio Castilho, com “azulejo alegre” (Mangorrinha, 1997). Foi concedido alvará para exploração termal em 1894 a D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello, senhora da Casa do Cadaval e viúva de D. Joaquim de Mello.

As Alcaçarias, ou Banhos de D. Clara, como eram chamados originalmente, foram edificadas em 1759 por D. Clara Xavier de Aguiar, mulher do Sargento-mor Aurélio da Silva Castilho. Eram separadas das Alcaçarias do Duque apenas pela Travessa do Terreiro do Trigo e situavam-se na Rua do Terreiro do Trigo, n.ºs 64 e 68. A concessão foi pedida em 1893 por José Pedroso Gomes da Silva.

As Alcaçarias do (J. A.) Baptista situavam-se na Rua do Terreiro do Trigo, n.ºs 78 a 84, não muito longe das Alcaçarias de D. Clara, tendo o nome do seu proprietário original. Foi pedida a concessão em nome de Maria José da Conceição Baptista, em meados de 1893.

Os Banhos do Doutor (Fernando) tiveram origem provável no período filipino (Almeida, 1952). Localizavam-se nas traseiras do Chafariz de Dentro, n.ºs 19-20. As estruturas de apoio aos banhos foram reformadas em 1776. O pedido de concessão foi feito em meados de 1893 por Domingos José Vieira.

Para além da sua utilização mais nobre, em fins terapêuticos, até ao século XVII todas as águas desta zona eram igualmente aproveitadas para lavagem de couros e lãs, não se sabendo, no entanto, a localização exacta destes tanques de curtimento, admitindo-se por tradição que se localizavam numa casa no lado norte do Beco dos Curtumes (Vieira da Silva, 1987a).



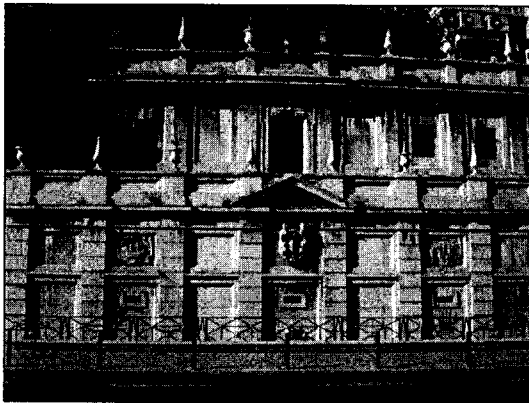


Fig. 2a – Chafariz de El-Rei.

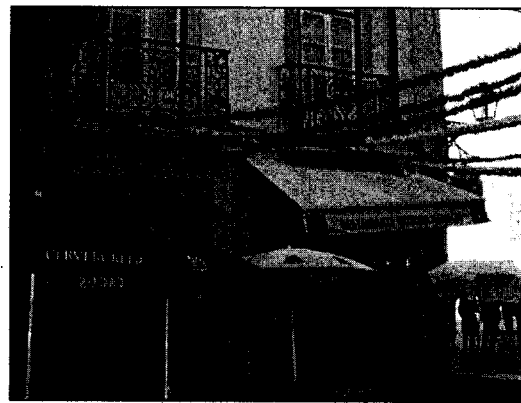


Fig. 2b – Banhos do Paulino.



Fig. 2c – Alcaçarias do Duque.



Fig. 2d – Alcaçarias de D. Clara.

Fig. 2 a, b, c, d – Aspecto actual dos locais de algumas nascentes do Grupo das Alcaçarias, concessionadas ou simplesmente identificadas na literatura. Há que salientar a intensa intervenção urbanística que se verifica na zona, o que impossibilitou a recolha de alguns testemunhos fotográficos.

Os registos históricos assinalam um número de Alcaçarias superior ao dos pedidos em concessão no final do século XIX. Grande parte destas Alcaçarias perdeu-se nos tempos, não existindo actualmente nos edifícios herdeiros qualquer vestígio visível da sua utilização anterior.

Citam-se na bibliografia os Banhos do Mosteiro de Alcobaça, intramuros em relação à Cerca Fernandina, num edifício que simultaneamente dá para o Largo do Chafariz de Dentro e para a Rua do Terreiro do Trigo e localizados na Rua do Terreiro do Trigo, nºs 14 a 18 (Vieira da Silva, 1987a). Em 1945 ainda se aproveitava a água desta nascente, extraída com uma bomba (Vieira da Silva, 1987a). Estes Banhos foram em 1392 objecto de contenda entre o Abade de Alcobaça e a Câmara Municipal de Lisboa, pouco depois de concluídos os trabalhos de construção da cerca Fernandina, que se centrava numa parede que o primeiro mandou construir sobre o muro da cidade *em direito de umas casas suas (do Mosteiro) e que são alcaçarias situadas apar (em frente) da fonte dos cavalos (...)* (Vieira da Silva, 1987a).

Registam-se também na literatura as Alcaçarias na Freguesia de S. Pedro, que Vieira da Silva (1987a) admite que tenham sido adaptadas a lavadouro público de roupas, com um tempo de utilização superior a três séculos. É este lavadouro, situado numa espécie de pátio, que Júlio Castilho, em Lisboa Antiga, refere como sendo obra do tempo de El-Rei D. Sebastião, e que

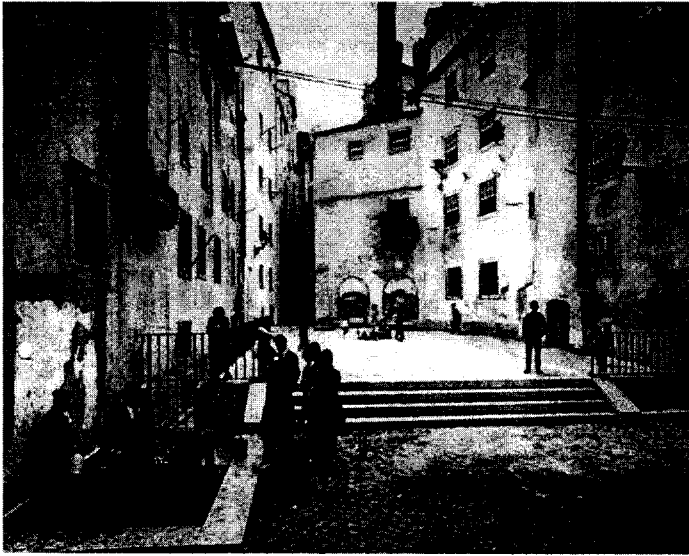


Fig. 3 – A Fonte das Ratas – recolha popular de garrafões (Garcez, 1963).

descreve como um largo tanque oblongo, de “água tépida”, no qual dúzias de lavadeiras de Alfama mergulhadas até à cintura levavam o dia a bater e a cantar. Santos (1867) destaca a descrição do Sr. Joaquim Nunes de Aguiar (publicado no Diário de Lisboa, nº 228, s/ data referenciada): “...o Tanque das lavadeiras é um vasto recinto formado por casas de habitação e por um muro feito pelo lado da rua; uma fonte de quarenta anéis de água proximamente mantém a água deste tanque em 0.60m de altura; oitenta lavadeiras lavam ali metidas na água, de saias levantadas, todos os dias da semana; a água que entra no tanque tem saída defronte da entrada, e a

maior parte da água não se renova; a roupa é lavada sobre pedras, formando bancadas tortuosas; é um tristíssimo monumento de selvajaria, que deve desaparecer d’entre nós, que nos prezamos de ser um povo civilizado. É fácil substituir este tanque por alguns outros alimentados por dez anéis de água, onde as lavadeiras trabalhem decente e higienicamente, permitindo o aproveitamento da melhor água do Bairro Oriental. Esta água marca 23°C ao hidrômetro.” Em 1868, este tanque passou para a posse da Companhia das Águas de Lisboa e foi pela mesma vedado nos seus dois extremos – o Beco das Barrelas e a Travessa do Terreiro do Trigo, tendo dado origem ao Tanque das Lavadeiras.

Em 1880, a Companhia das Águas de Lisboa cobriu o tanque, fez dele depósito e aproveitou as águas (Acciaiuoli, 1944). Posteriormente ao fecho do Tanque das Lavadeiras de Alfama, a Câmara Municipal de Lisboa fez o arranjo do local (DRHG, s/ data). No entanto, a nascente que alimentou muitos anos o Tanque das Lavadeiras de Alfama foi posta a descoberto aquando da demolição de um muro ao lado do edifício onde se localizavam as Alcaçarias do Duque, no Beco dos Curtumes, à qual os populares chamaram Fonte das Ratas. Este nome insólito terá a sua origem na degradação a



Fig. 4 – Populares na Fonte das Ratas, no auge da sua popularidade (foto retirada do Diário Popular, de 20 de Outubro de 1963, DRHG, s/ data).

que o local chegou no início da década de 60 do século XX, em que recolhia inúmeros esgotos que o transformavam o local numa “verdadeira estrumeira”, antes da Câmara Municipal de Lisboa ter efectuado as tais obras de beneficiação (DRHG, s/ data).

A popularidade desta nascente, que, de acordo com a crença popular “tinha múltiplas virtudes terapêuticas” e cuja reputação curativa da água se espalhou rapidamente, atingiu o auge em 1963/64, em que milhares de pessoas se acotovelavam e esperavam horas para encher os

seus garrafões de água, ao ritmo de cerca de 360 garrafões/hora, abrandando apenas entre as 3 e as 5h da manhã (ver figura 4).

De acordo com recortes de jornais da época, houve interesse na concessão por parte de empresas de engarrafamento de águas minero-medicinais; porém, o Duque do Cadaval queria que a população pobre usufruísse gratuitamente dos benefícios da água. No final de 1963, a água da Fonte das Ratas foi objecto de grande controvérsia (ver figura 5), amplamente noticiada na imprensa da época, na medida em que, à insistência por parte do organismo de tutela (a Inspeção de Águas) no seu encerramento, devido a contaminação fecal, sucediam-se os protestos de populares à autarquia publicados nos jornais da época, fomentando desta forma a continuação da procura das águas para fins curativos (DRHG, s/data). A polémica persistiu até à década de 70, onde ainda se liam nos jornais cartas de protesto enviadas por leitores, reclamando de volta a água da Fonte das Ratas.

Na literatura é também feita referência às Alcaçarias das Freiras dos Santos, de situação topográfica desconhecida, mas que Vieira da Silva (1987a) admite, no entanto, ser alguma das mencionadas anteriormente.

Existiram ainda as Alcaçarias do Conde de Penela, localizadas nas costas da grande muralha da "Cerca Moura" na Rua da Judiaria (Vieira da Silva, 1987a).

A seguir à casa que foi os Banhos de Alcobaga, em direcção a ocidente, aparece a muralha da Cerca Fernandina ao longo do Beco dos Curtumes ou Beco das Alcaçarias (Vieira da Silva, 1987a). O traçado da Muralha Fernandina é tal, que parte destas Alcaçarias ficavam dentro de portas, podendo por isso ser utilizadas em diversas actividades.

O Chafariz de El-Rei deve provavelmente o seu nome ao Rei D. Diniz, existindo registos do mesmo desde 1487 (ao fazer-se o encanamento da sua água até à muralha de embarque), apesar da majestosa fachada actual ser da época da renascença. Mercê do seu generoso caudal, tinha a função de abastecer as embarcações do comércio das Índias. Por outro lado, o Chafariz de Dentro é uma nascente muito antiga (cuja data mais remota a que se lhe encontra referência é 1285), que deve o seu nome actual (também foi denominado Fonte ou Chafariz de Alfama) ao facto se situar do lado interior da cerca Fernandina, mas em oposição ao Chafariz da Praia, construído nessa época, ou ao Chafariz dos Páos, mais antigo, que ficavam na banda de fora (Vieira da Silva, 1987a). Em 1945, Vieira da Silva refere que havia no local duas casas de água, cada uma com sua nascente; uma seria a do Chafariz de Dentro, onde ainda estaria uma arca de água, mas que não se prestava para lavadouro; a outra seria a do Tanque das Lavadeiras, mais acima, no Beco do Mexia, com a porta de entrada próxima do começo inferior do Beco (Vieira da Silva, 1987a). Aparentemente, parece ser num depósito subterrâneo arejado por uma clarabóia, no local do recinto gradeado da EPAL, a que corresponde o antigo Chafariz da Praia, que se juntam todas as águas nativas do Chafariz de Dentro, Tanque das Lavadeiras e Chafariz de El-Rei (Almeida, 1952).

Paralelamente a este grupo, encontra-se o conjunto formado pelas nascentes da Bica do Jardim do Tabaco (um poço onde uma bomba de mão elevava a água para o pátio da actual Alfândega), as nascentes do Largo da Fundação e pela Bica do Sapato (localizada na esquina entre a Rua da Bica do Sapato e a Rua Diogo do Couto).

## FOI VEDADO O ACESSO À FONTE DAS RATAS — MEDIDA QUE ESTÁ A PROVOCAR NUMEROSOS PROTESTOS

A propósito da notícia que publicámos acerca do parecer da Direcção-Geral de Saúde quanto ao eventual encerramento da Fonte das Ratas, por considerar a sua água prejudicial para a saúde, temos recebido na nossa Redacção numerosas cartas e telefonemas de leitores estranhando que se possa admitir essa hipótese perante os resultados que todos têm sentido na cura das doenças

de que padecemos. Ora, hoje apareceu vedado o acesso àquela fonte e, se bem que as bicas continuem a fazer correr a tão discutida água, deixou de ser viável à população lisboeta (e até a muitos que vinham dos arredores da cidade) abastecer-se dela.

Entre as inúmeras cartas e telefonemas de protesto que temos recebido, contam-se alguns testemunhos de doenças e feridas curadas após a utilização desta água. No entanto, apesar de, até hoje, aquele líquido não ter pro-

vocado senão um lenitivo para quem dele se tem utilizado, o parecer acima referido declara-o inquinado pela presença de ligeiros resíduos fecais provenientes, possivelmente, do contacto da água com as marés do Tejo, o que parece justificar, a confirmar-se, a medida hoje tomada.

IV

Fig. 5 – Notícia publicada no Diário Popular de 4 de Dezembro de 1963, acerca do encerramento da Fonte das Ratas (DRHG, s/ data).

Devido à existência de todas estas emergências, a toponímia da zona tem uma grande ligação com actividades ligadas à água. Exemplos disso são o Beco dos Curtumes (ou Beco das Alcaçarias), Beco das Barrelas (ou Beco de Alfama) e o Tanque das Lavadeiras. O próprio Largo do Terreiro do Trigo denominava-se Campo da Lã, por ser o local onde esta secava após ser lavada no Beco dos Curtumes (Vieira da Silva, 1987a).

As ocorrências registadas, concessionadas e as entretanto perdidas no tempo, descritas anteriormente, bem como a sua localização em relação à "Cerca Moura" e à Cerca Fernandina encontram-se na figura 6.

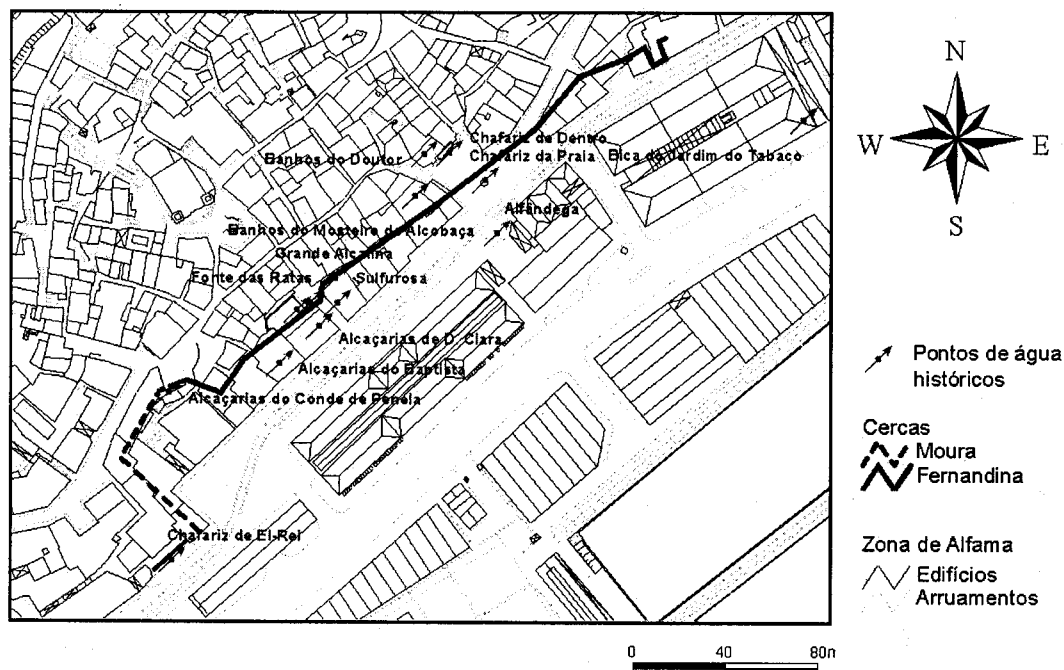


Fig. 6 - Ocorrências registadas, concessionadas e entretanto perdidas no tempo e a sua localização em relação à "Cerca Moura" e à Cerca Fernandina, a partir de Vieira da Silva (1987;1987a).

### 3. As características da água

As águas termais de Lisboa, localizadas na zona de Alfama, são bastante numerosas, tendo sido estudadas detalhadamente por Choffat (1895-1897). Destas águas referenciadas na literatura, destaca-se o conjunto que foi utilizado com fins mais nobres, cujas temperaturas por vezes são superiores a 20°C, apesar da sua temperatura de emergência exacta divergir de acordo com o autor consultado. As Alcaçarias de D. Clara (24°-28°C), Alcaçarias do Baptista (32° a 34°C), Banhos do Doutor (27°C) e as Alcaçarias do Duque (30°C a 34°C), foram, sem dúvida, emergências de água quente, enquanto que entre as águas frias contava-se a Bica do Jardim do Tabaco, Largo da Fundação e a Bica do Sapato. Acciaiuoli (1944) classifica o caudal das Alcaçarias de "abundantíssimo"; Andrade (1935) indicou um caudal para as Alcaçarias do Duque de 6.6m<sup>3</sup>/h.

As águas quentes, que constituíam o que genericamente se chamou Grupo das Alcaçarias (Choffat, 1895-1898; Andrade, 1935) e ainda o Chafariz de El-Rei, parecem estar alinhadas no contacto entre o Complexo das Areolas da Estefânia (Burdigaliano) e o Complexo do Banco Real, do Miocénico, entre duas falhas de direcção aproximada NE-SW (Moitinho de Almeida, 1972). Choffat (1895-1897) reconhece seis sub-grupos nas águas da zona de Alfama, dispostos sobre uma linha curva com convexidade virada em direcção à terra. As duas extremidades desta linha são identificadas por este autor como o Chafariz de El-Rei e a Bica do Sapato, distando entre si 1010 m, enquanto que a linha de termalidade, relativamente acentuada, do Chafariz de El-Rei ao Largo da Fundação, não tem mais que 550 m de

comprimento. O Grupo das Alcaçarias encontra-se enquadrado estruturalmente por cinco falhas de direcção aproximada NE-SW (Moitinho de Almeida, 1972). O perfil geológico interpretativo da zona das nascentes de Alfama mostra três troços individualmente distintos, verificando-se que no central se indica o Complexo do Banco Real como aflorante e nos dois restantes já localizado a profundidades apreciáveis (Moitinho de Almeida, 1972). Baseado em Moitinho de Almeida (1986), é provável que sejam atravessados o Complexo de Entre Campos ou do Banco Real, que, como foi referido, em algumas zonas nem aflora, constituindo camadas descontínuas, com espessura que oscila entre os 0 e os 25m, e as Areolas da Estefânia, com espessura que oscila entre 50 e 60m (ver figuras 7 e 8).

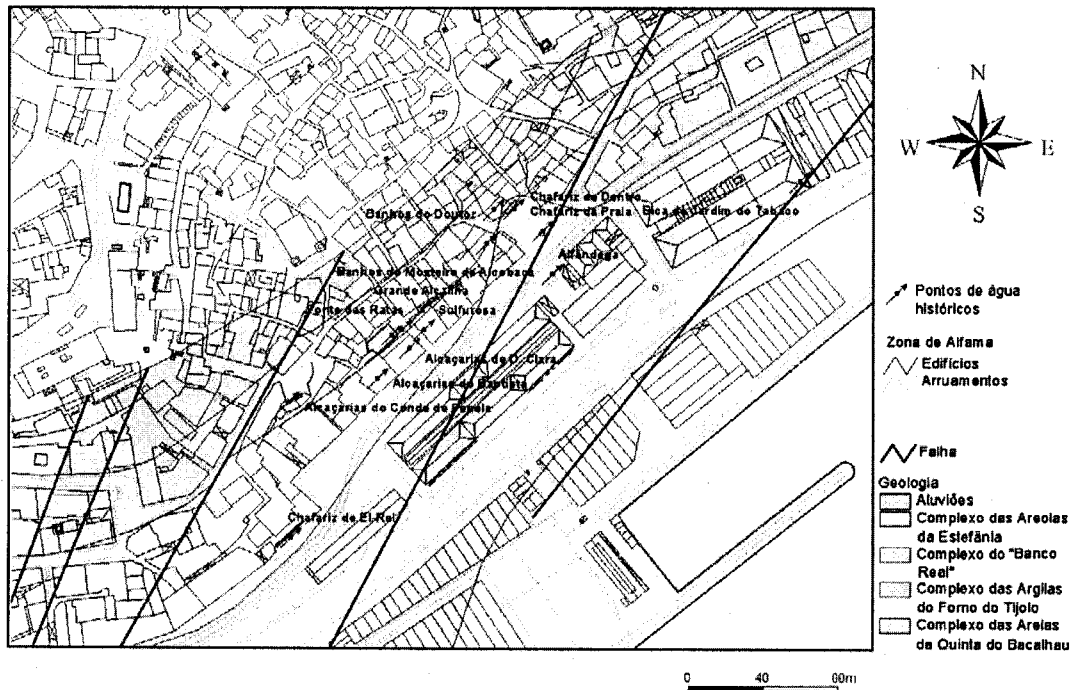


Fig. 7 – Planta geológica da zona de Alfama (Moitinho de Almeida, 1972), com identificação dos pontos de água em tempos classificada de minero-medicinal ou com características físico-químicas que permitiriam considerar essa hipótese.

As nascentes de água quente do Grupo das Alcaçarias encontram-se alinhadas na zona entre o Largo do Chafariz de El-Rei e o largo do Chafariz de Dentro, ao longo da Rua do Terreiro do Trigo (figura 1) e deram origem a um conjunto de ocorrências que foram exploradas como "balneários públicos" durante algumas décadas. De acordo com a literatura (Almeida, 1952; Moitinho de Almeida, 1972), as águas de Alfama podem ser genericamente caracterizadas como águas bicarbonatadas cloradas-sódicas ou cálcicas, com residuo seco a 180°C de cerca de 600 mg/l. A temperatura de emergência variava entre fria (inferior a 20°C) e cerca de 34° C.

Dentro deste Grupo, as Alcaçarias do Duque foram objecto de uma concessão, que abrangia duas nascentes distintas: uma das nascentes, denominada Grande Alcalina, apresentava um caudal abundante de água bicarbonatada calco-sódica e uma temperatura de cerca de 30.8°C, enquanto a outra, designada por Sulfúrea, era um pouco menos mineralizada que a antecedente e com temperatura mais elevada (31°C) (Almeida, 1952). A figura 9 mostra os diagramas de Stiff e de Piper relativos à nascente Grande Alcalina da concessão Alcaçarias do Duque, a partir de uma análise química de Carvalho (1952). O reservatório desta nascente localizava-se por baixo da parede do balneário que ladeava o Beco dos Curtumes, sendo constituído por um poço em cantaria, em que o fundo assentava sobre argilas muito finas e micáceas para onde convergia a água, cuja nascente se situava para sul e leste (Andrade, 1935). O mesmo autor refere que, segundo informações verbais, a nascente Sulfúrea brotava num pequeno reservatório na Travessa do Terreiro do Trigo, junto à parede do edifício do balneário.

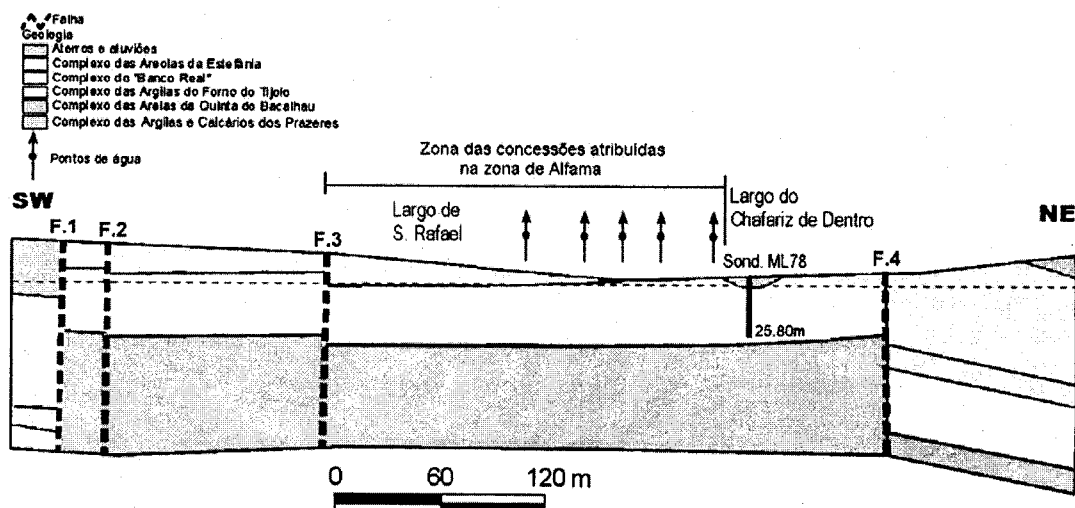


Fig. 8 – Perfil geológico interpretativo da zona de Alfama (Moitinho de Almeida, 1972).

A primeira análise química da água das Alcaçarias do Duque data de 1835. Os valores analíticos destas águas são escassos, e na maioria dos casos pouco ou nada fidedignos devido aos métodos analíticos então utilizados. É de Almeida (1952) a informação mais detalhada que se dispõe acerca do quimismo destas águas, com base em análises químicas antigas. Dada a ausência de análises mais recentes, aquele autor procedeu a um estudo das diversas análises químicas efectuadas desde o século passado. A análise química mais recente efectuada a estas águas consiste numa análise de 1952 (Carvalho, 1952; Acciaiuoli, 1952), efectuada à água da nascente Grande Alcalina, cujos resultados são já incorporados em Almeida (1952).

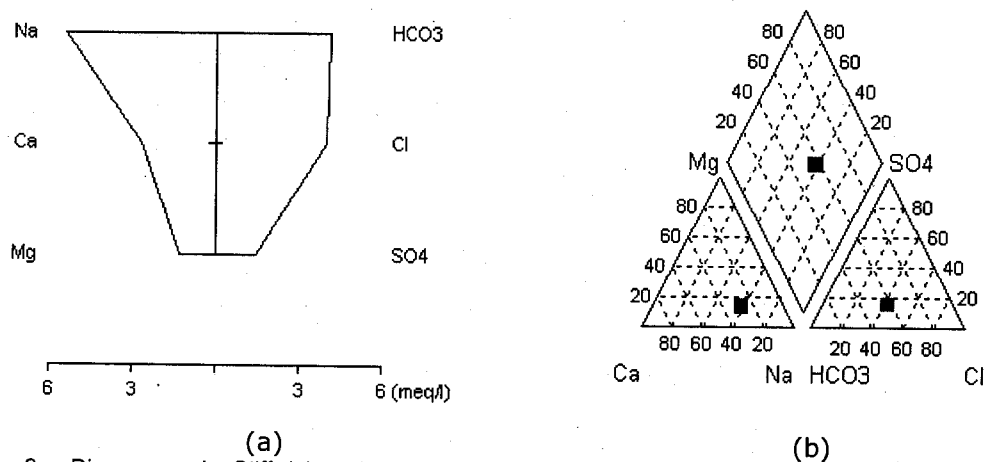


Fig. 9 - Diagramas de Stiff (a) e de Piper (b) relativos à nascente Grande Alcalina da concessão Alcaçarias do Duque (a partir de uma análise química de Carvalho, 1952).

Esta análise já se pode considerar-se fidedigna, pois foi efectuada segundo métodos analíticos mais recentes, e já incorporava o conceito de "ião". Apesar da grande popularidade da Fonte das Ratas, não existem nos arquivos consultados análises físico-químicas resumidas efectuadas à sua água (DRHG, s/ data).

Em termos gerais, parece ser um facto que a água dos Banhos do Doutor é de todas a de mais baixa temperatura e de mais baixa mineralização. Em oposição, a água mais mineralizada aparenta ser a das Alcaçarias de D. Clara. A maior parte das águas do Grupo das Alcaçarias parece possuir mineralizações totais muito semelhantes (Almeida, 1952). A observação do

diagrama de Schoeller da figura 10, indica um TDS estimado a partir de Almeida (1952) muito semelhante para todas as águas.

Em 1970, a Empresa Teixeira Duarte procedeu à execução de sondagens junto ao Chafariz de Dentro, que tinham como objectivo o reconhecimento geológico do traçado da nova linha do metropolitano de Lisboa. Uma sondagem, designada por ML78, com apenas 25.8m de profundidade, colocou em evidência um aquífero artesiano de água termal: 25.5°C à saída da coluna, para uma temperatura ambiente de 19°C (ver Fig. 8). Através de um pequeno ensaio de caudal realizado registou-se, a 1m acima do terreno, um caudal de 11.3m<sup>3</sup>/h e, com um rebaixamento a 5m, registou-se um caudal de 22m<sup>3</sup>/h. As características físico-químicas da água captada na sondagem ML78 afastam-se ligeiramente das restantes (bicarbonatada cálcica), mas, de qualquer forma potenciavam a sua utilização como água mineral natural (Moitinho de Almeida, 1972). No diagrama de Schoeller da figura 10 inclui-se a análise química de água proveniente da sondagem ML78 para comparação com as águas do Grupo das Alcaçarias tradicional.

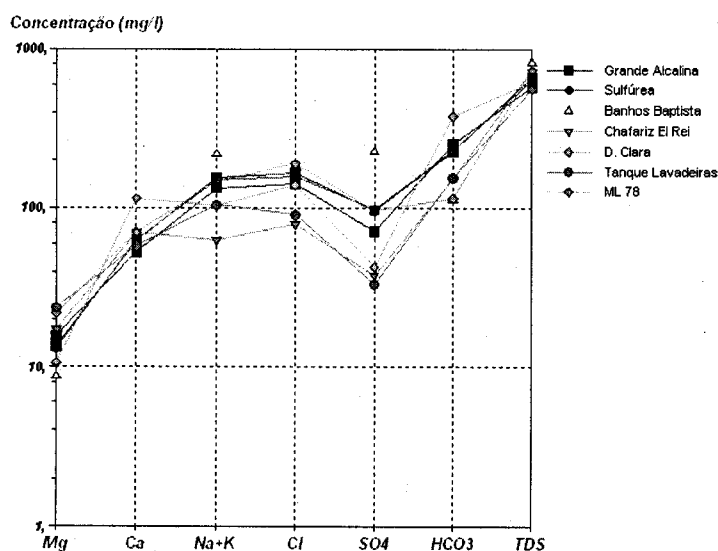


Fig. 10 – Diagrama de Schoeller para algumas águas do Grupo das Alcaçarias (Almeida, 1952) e da sondagem ML78 (Moitinho de Almeida, 1972).

#### 4. Os “balneários públicos” – a utilização concessionada das águas de Alfama

A água das nascentes de Alfama foi utilizada durante várias décadas nos “balneários públicos” concessionados. Apenas algumas nascentes de água quente foram objecto de pedido de concessão, tendo as restantes Alcaçarias entretanto caído no esquecimento. Assim, em meados do ano de 1893 foram pedidas à Repartição de Minas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, as concessões das Alcaçarias do Duque, Alcaçarias de D. Clara, Banhos do Doutor e Alcaçarias do Baptista. Ao que tudo indica, tratou-se da legalização de estabelecimentos que já eram utilizados em circunstâncias idênticas. Todos os alvarás de concessão das nascentes de água quente do Grupo das Alcaçarias foram publicados no Diário do Governo, ainda em 1894 (figura 11).

Os estabelecimentos termais licenciados na época eram bastante rudimentares, razão pela qual se adopta o nome de “balneário público” em detrimento de “termas”, que já pressupõe o cumprimento dos requisitos legais impostos actualmente pelos organismos de tutela, a nível de



Fig. 11 – Diário do Governo de 4 de Janeiro de 1895, onde se encontra emitido o alvará de concessão das Alcaçarias do Duque.

fundo, de um lado, um quarto maior, com duas tinas, e do outro lado, um dos reservatórios; outro corredor, mais estreito, paralelo ao primeiro, dá acesso a cinco quartos mais pequenos, onde se dão os banhos de 2ª classe e os banhos dos indigentes, e a um reservatório mais ao fundo do referido corredor. Nestes dois reservatórios, que comunicam um com o outro, juntam-se as águas das nascentes (...); ao meio do corredor mais largo, é que atravessa a tubagem conduzindo, para dois dos quartos de 1ª classe, especialmente reservados para esse fim, as águas de uma nascente descoberta mais recentemente, por ocasião de se abrir a canalização no Beco de Alfama. A água escoá-se para um canal aberto por baixo do edifício, o qual vai desaguar directamente no Rio Tejo.” Em 1927, o concessionário foi autorizado pela tutela a fazer algumas modificações no balneário. No entanto, estas alterações foram severamente limitadas por estarem condicionadas ao pouco espaço existente.

É de destacar igualmente a exiguidade destes “balneários públicos”, devido às restrições de espaço impostas pelo enquadramento urbanístico do bairro de Alfama. Consistiam em alguns pequenos quartos nos quais se instalavam tinas onde eram tomados os banhos de água termal. Apesar do pequeno número de quartos existente, havia “separação de sexos”, para o

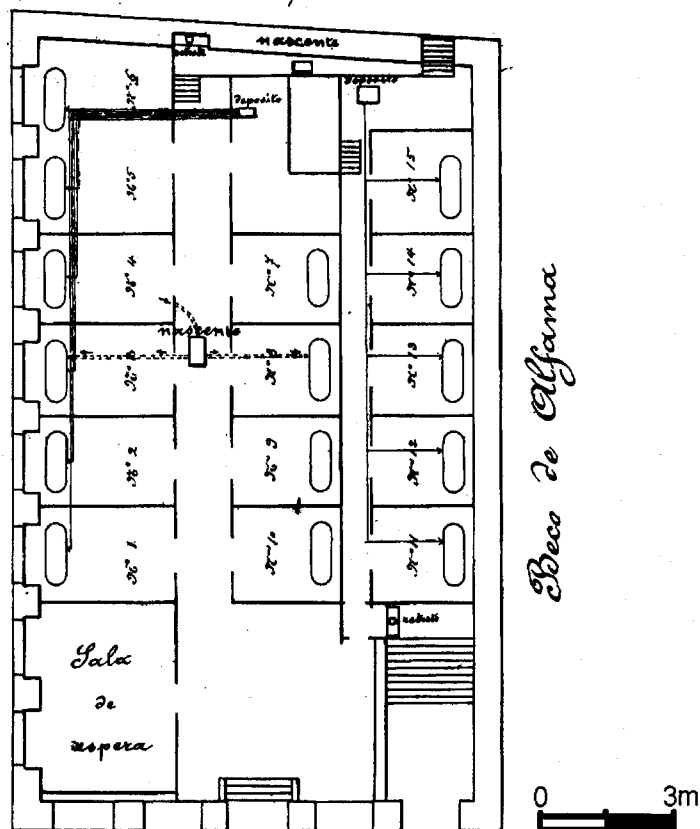
características e controlo sanitário das instalações, tratamentos prescritos e de controlo físico-químico e bacteriológico da água. O termo “concessão” também assume aqui características particulares, pois a área que geralmente a Inspeção de Águas atribuía a uma concessão (50ha) era impossível de neste caso ser cumprida, uma vez que os diferentes edifícios dos “balneários públicos” eram praticamente vizinhos.

As visitas de reconhecimento efectuadas aquando do pedido das concessões foram feitas pelo Engenheiro Albuquerque de Orey (1894), da Inspeção de Águas. No seu relatório técnico, mencionava que o estabelecimento balnear das Alcaçarias do Duque era o único que, de todas as Alcaçarias, tinha sido expressamente construído para esse fim, sendo, de todos, o que exibia melhor aparência, tanto exteriormente como no seu interior. Segundo Albuquerque de Orey (1894), “no rés-do-chão do prédio (...), estão instaladas as tinas de mármore ordinário, em quartos de diversas dimensões, dispostas em três fileiras, separadas por dois corredores. A um e outro lado do corredor principal, encontram-se oito quartos de 1ª classe, e, ao



que serviam os quartos independentes. As Alcaçarias do Duque tinham o maior número de quartos (quinze), tendo em 1926 o balneário sofrido ligeiros melhoramentos, compatíveis com a exiguidade do espaço disponível (figura 12). As Alcaçarias de D. Clara tinham nove quartos (figura 13) e as Alcaçarias do Baptista, sete quartos. As termas mais pequenas eram os Banhos do Doutor, com apenas cinco quartos (figura 14).

*Planta do estabelecimento de banhos  
Alcaçarias do Duque  
Escala 1/100*



*Planta do Terreiro do Trigo  
F. de Azevedo  
J. de Azevedo  
Conductor de 1894*

Fig. 12 – Planta do “balneário público” das Alcaçarias do Duque licenciado pela Inspeção de Águas no ano de 1894. Escala original 1:100 (adaptado de DRHG, s/data).

De acordo com o *Regulamento do Estabelecimento Hydrotherapico*, no *Diário do Governo* publicado em 1895 para cada uma das termas com alvará emitido, o preço dos banhos variava entre 200 e 300 réis consoante a nascente que abastecesse a tina, no caso das Alcaçarias do Duque. A água termal também era vendida para fora, em barris de 25 L a 40 réis a unidade. Nas outras termas os banhos tinham, em geral, preços inferiores, como é o caso das Alcaçarias do Baptista. No caso das Alcaçarias de D. Clara, os banhos quentes poderiam chegar a 400 réis. No entanto, para montepios, associações de socorros mútuos e asilos, o preço era mais reduzido, de 100 réis por banho. O regulamento contemplava igualmente a existência de tinas de banhos gratuitos durante a semana, para indigentes com atestado de

pobreza, passado pelo respectivo pároco e reconhecido pelo notário. Havia, além disso, em todas as termas, um quarto cuja tina se destinava a doentes portadores de doenças contagiosas.

*Planta do estabelecimento de banhos  
Alcaçarias de D. Clara.*

*Escala 1/100*

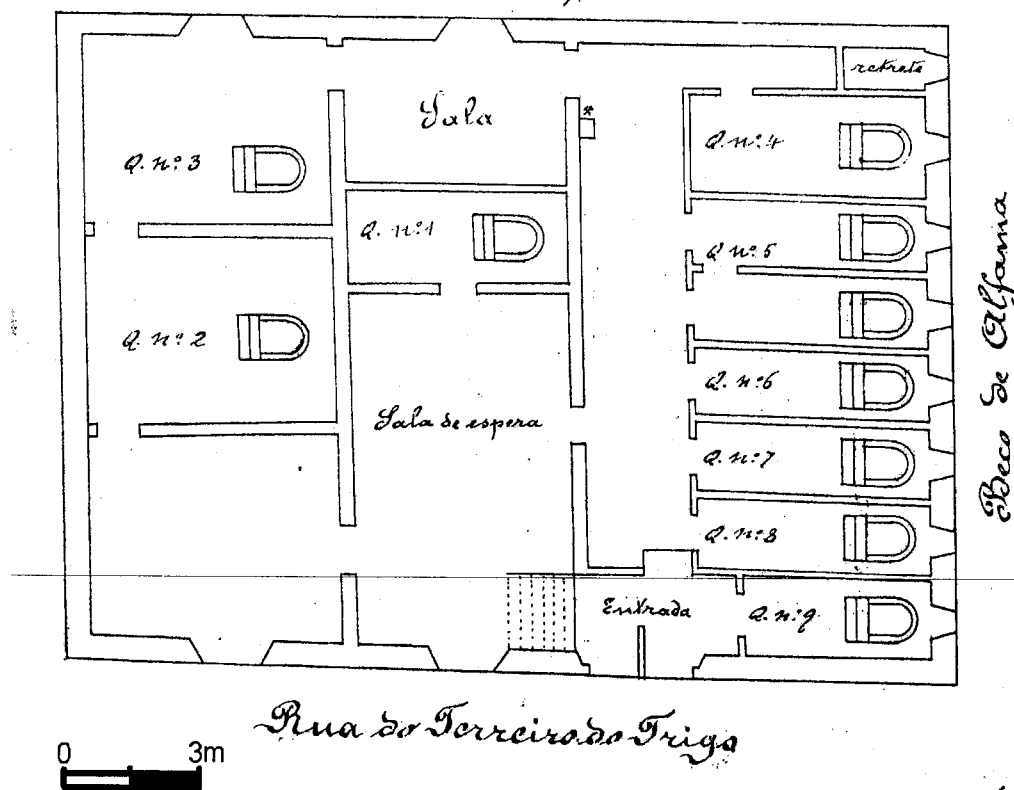


Fig. 13 – Planta do “balneário público” das Alcaçarias de D. Clara licenciado pela Inspeção de Águas no ano de 1894, de onde ressalta a exiguidade do espaço e o carácter rudimentar das instalações balneoterápicas da época. Escala original 1:100 (adaptado de DRHG, s/data).

A utilização em tempos, durante largos períodos, das águas do grupo das Alcaçarias é confirmada por Andrade (1935), que refere que um grande número de nascentes se encontra protegido ora por poços de alvenaria e cantaria, ora por outros meios, vendo-se em algumas delas canalizações a níveis inferiores às saídas de água de então. Em particular, as Alcaçarias do Duque são utilizadas desde há centenas de anos (Acciaiuoli, 1944).

Os únicos registos estatísticos disponíveis (DRHG, s/ data) dizem respeito à utilização das Alcaçarias do Duque durante o período compreendido entre 1928 e 1932 (imediatamente a seguir à publicação do Decreto com força de lei nº15401, de 17 de Abril de 1928). Este período, tendo abarcado a Grande Depressão, não será porventura representativo da evolução da frequência termal nas Alcaçarias do Duque em noutras épocas financeiramente menos difíceis. A leitura do gráfico da figura 15 destaca uma quebra acentuada no número de aquistas e nos banhos que teve lugar a partir de 1929, que após este período não chegou a recuperar. Em compensação, a “água minero-medicinal” em barris de 25 L teve um grande acréscimo de vendas ao longo destes anos.

*Planta do estabelecimento de banhos  
denominados do Doutor.*

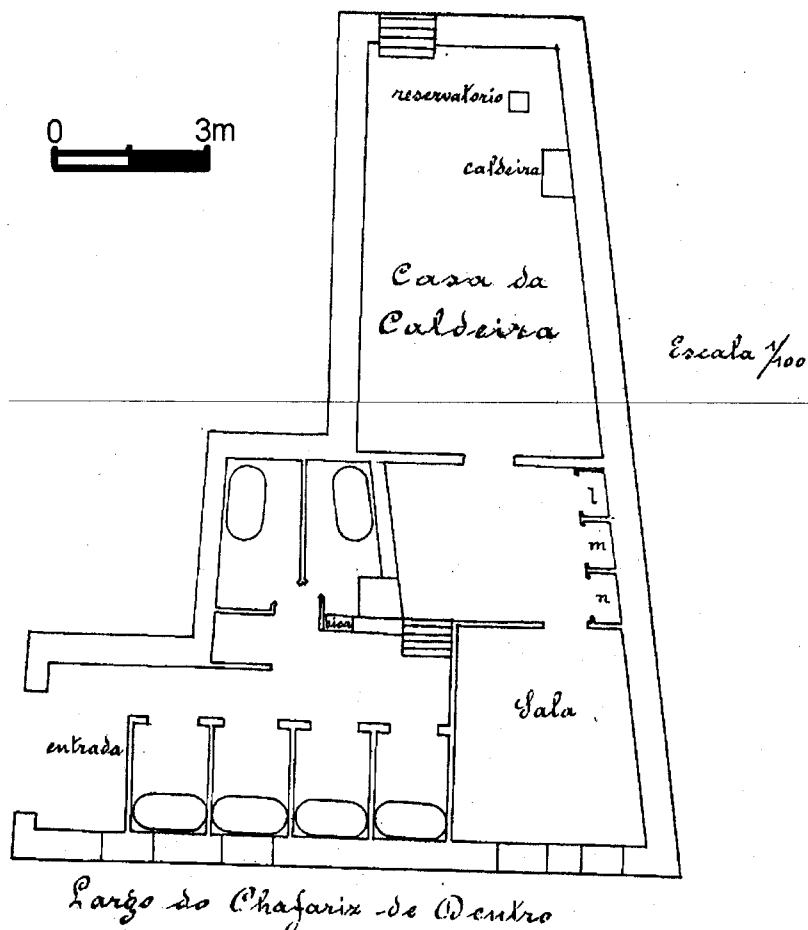


Fig. 14 – Planta do “banheário público” dos Banhos do Doutor licenciado pela Inspeção de Águas no ano de 1894. Escala original 1:100 (adaptado de DRHG, s/data).

Tal como já foi referido anteriormente, as virtudes terapêuticas das águas foram referenciadas na literatura desde muito cedo. Henriques (1726), no seu Aquilégio Medicinal, refere no capítulo que diz respeito às Caldas de Lisboa Oriental que estas águas são “... de muita utilidade em curar as intemperanças quentes das entranhas, do sangue, do útero, dos rins e das mais partes do corpo; e os estupores e parésias espúrios; a debilidade de estômago; a fraquesa e queixas das juntas que ficam das gotas artéticas, e reumatismos; as convulsões, os acidentes do útero (...), os vômitos dos hipocôndrios; as diarreias (...). Para os achaques a que chamam do fígado, são prodigiosos, porque curam as pústulas, sarnas, impingens, lepra e todos os achaques e defecções cutâneas...”.

Acciaioli (1944a) resume as suas indicações terapêuticas referindo que “São estas águas muito frequentadas, e o seu emprego muito preconizado no tratamento das doenças de pele, nas quais dão excelentes resultados. Também têm proveitosa aplicação contra as nevralgias, paralisias e algumas doenças do útero e estômago. Internamente usam-se, ainda que raras vezes, contra as doenças catarrais das membranas mucosas dos órgãos respiratórios. As doenças da pele, constituem, porém, a especialização terapêutica destas termas.”

Propriedades terapêuticas de acção intensamente sedativa (reumatismo, nevralgias, espasmofílias, excitação nervosa) são atribuídas mais à nascente Alcalina do que à nascente Sulfurosa (DRHG, s/ data). Por outro lado, grande parte dos que acorriam às nascentes de

Alfama, procuravam melhorias para problemas de lesões cutâneas e mucósicas (eczemas, impetigos, ictiose, acne, psoríase, etc.), além de problemas gastro-intestinais (DRHG, s/ data).

### Estadística de utilização da água das Alcaçarias do Duque (1928-1932)

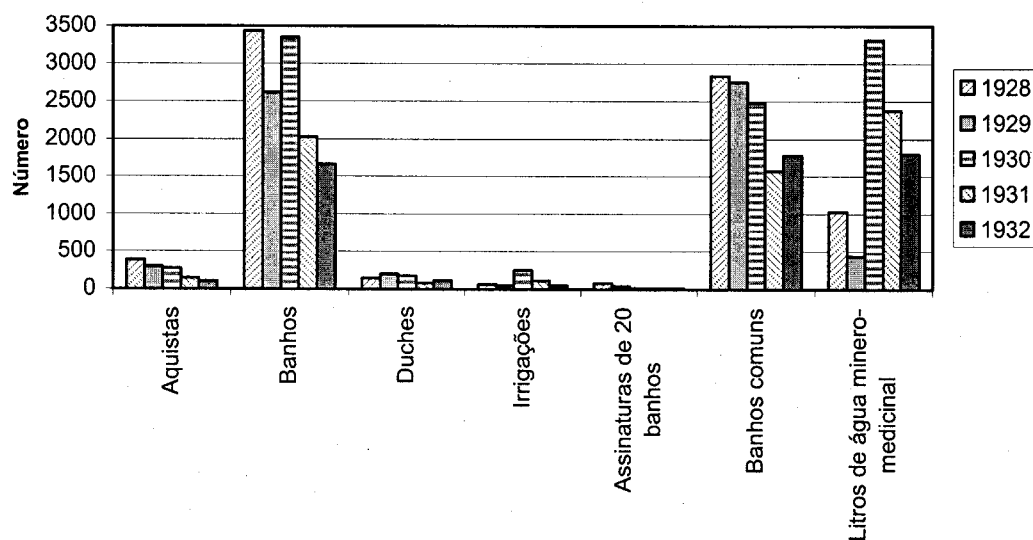


Fig. 15 – Estadística de utilização da água das Alcaçarias do Duque no período de tempo compreendido entre 1928 e 1932 (estadística efectuada a partir dos dados de DRHG, s/data).

### 5. Estado actual das nascentes e perspectivas futuras de recuperação

Ao longo do último século, a zona de Alfama foi palco de sucessivas intervenções urbanísticas que visaram a melhoria das condições de vida dos seus habitantes e acessibilidades. Além disso, os próprios edifícios em que se situavam as termas foram sofrendo alterações, fundamentalmente adaptadas aos usos que se lhes foi dando. Tendo em conta a sua proximidade da alfândega, foram em grande parte utilizadas como escritórios de despachantes.

A primeira concessão a ser abandonada foi a mais pequena, os Banhos do Doutor, cujos últimos registos oficiais datam de Novembro de 1894, com um parecer favorável à desistência da concessão; este alvará esteve em vigor por um escasso período de cinco meses. Entretanto, o edifício dos Banhos do Doutor já foi uma loja de bebidas (Andrade, 1935), sendo actualmente um restaurante onde ainda existe uma bica de água morna num nicho azulejado que, no entanto, já não verte água. As outras concessões resistiram durante bastante mais tempo; os alvarás das Alcaçarias de D. Clara e das Alcaçarias do Baptista estiveram em vigor durante cerca de 30 anos. A concessão das Alcaçarias do Baptista foi declarada abandonada em 1921, por perda do direito à concessão devido ao uso das instalações do estabelecimento termal para outros fins, nomeadamente escritórios. Actualmente, as instalações pertencem a um banco e encontram-se em obras de recuperação. A partir de Maio de 1923, o edifício das Alcaçarias de D. Clara passou a ser utilizado com outros fins, tendo a então Inspeção de Águas recomendado que se salvaguardasse a captação existente. Entretanto, já foi uma padaria (Andrade, 1935). Em meados do século XX ainda se ouvia o som das suas águas por baixo do pavimento (Almeida, 1952). Actualmente, também pertence a um banco. Contudo, a concessão das Alcaçarias do Duque persistiu durante mais algumas décadas, tendo sido declarada abandonada e ao mesmo tempo anulada em 1978 pelo facto de "...a água se encontrar inquinada de forma irrecuperável...". Porém, já desde 1966 que a nascente se

encontrava concedida em regime de não exploração. As Alcaçarias do Duque encontram-se actualmente abandonadas, tendo recentemente pertencido a um banco.

Grande parte das outras nascentes mencionadas anteriormente, sem registo preciso, podem hoje considerar-se completamente perdidas sob os arruamentos e edifícios da cidade de Lisboa, nas zonas de Alfama e Xabregas. Andrade (1935) faz referência a nascentes que apareciam nos lodos junto ao mar, como é o caso das da base do cais da Companhia Nacional de Navegação, dos alicerces do Cais dos Soldados, ou de uma casa em frente à Estação de Santa Apolónia, perto do antigo Hospital da Marinha.

A zona de Alfama, enquanto pólo turístico de reconhecida importância da cidade de Lisboa, possui um património histórico cuja preservação e valorização têm vindo a ser desenvolvidas. No sentido recuperar as nascentes termais de Alfama, foi assinado em 2002 um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e o ex-Instituto Geológico e Mineiro para a elaboração de um projecto a submeter conjuntamente, que visa a recuperação das antigas nascentes da zona de Alfama numa perspectiva técnica e cientificamente apoiada que dê suporte à celebração de um contrato de exploração, ao abrigo da legislação em vigor. Este projecto, a elaborar em parceria entre ambas as entidades, tem como objectivo promover a reactivação do aproveitamento dos recursos hidrominerais/geotérmicos que ocorrem na zona de Alfama da cidade de Lisboa. A investigação centrar-se-á, fundamentalmente, na zona entre o Largo do Chafariz de El-Rei e o largo do Chafariz de Dentro. Caso sejam encontradas temperaturas da ordem das registadas há décadas, o projecto poderá ir ao encontro da actual preocupação na valorização dos recursos endógenos através da substituição de combustíveis fósseis importados, por um tipo de energia “*amiga do ambiente*”, como é o caso da energia geotérmica. Tendo em conta que existem nas imediações diversas infra-estruturas camarárias e/ou privadas que poderão beneficiar directamente da água enquanto recurso hidrogeológico e/ou geotérmico, pretende-se com o presente protocolo abrir caminho a uma forma diferente de preservar o património histórico de Lisboa, valorizando as potencialidades de alguns dos seus recursos geológicos que hoje já poucos sabem terem existido.

Julga-se que poderá justificar-se a promoção do aproveitamento destas águas, uma vez que representariam um recurso local e uma oportunidade de desenvolvimento da actividade económica, sendo desejável que esta fosse promovida a par da intensa intervenção urbanística que se verifica actualmente na zona, no sentido de recuperar quanto possível o seu património histórico.

### Agradecimentos

As autoras deste trabalho desejam agradecer à Câmara Municipal de Lisboa, cuja colaboração, materializada pelo incansável empenho da Dr<sup>a</sup>. Ana Martins, do Gabinete de Alfama e da Dr<sup>a</sup>. Manuela Leitão, do Museu da Cidade, foi inestimável. Um agradecimento especial é devido ao Dr. José Cruz, da Direcção-Geral de Geologia e Energia, por todo o apoio sempre manifestado.

### Referências bibliográficas

- Acciaiuoli, L. (1944) - *Águas de Portugal minerais e de mesa: história e bibliografia - Vol. III: História das águas minerais: águas minerais com concessão*. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. 6 vols, Lisboa, 192p.
- Acciaiuoli, L. (1944a) - *Águas de Portugal - Vol. V*. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. 6 vols, Lisboa, 190p.
- Acciaiuoli, L. (1952) - *Le Portugal Hydromineral*. Direction Générale des Mines et des Services Géologiques. V. I, 284p.
- Albuquerque de Orey, F. (1894) - Relatório acerca das águas minerais das Alcaçarias do Duque. Arquivos da DRHG, IGM.
- Almeida, A. (1952) - Lisboa, Capital das Águas. *Revista Municipal*. Separata dos nºs 49 e 50. 27p.
- Andrade, C. F. (1933) - A tectónica do estuário do Tejo e dos vales submarinos ao largo da costa da Caparica, e a sua relação com as nascentes termo-medicinais de Lisboa :

- considerações preliminares. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Tomo XIX (1933), pp. 23-40.
- Andrade, C. F. (1935) – Memória descritiva sobre a modificação a introduzir na actual captagem da "Alcalina" das Alcaçarias do Duque. 47p.
- Carvalho, A. H. (1952) – Relatório da análise da água das Alcaçarias do Duque.
- Choffat, P. (1893) – Contributions à la connaissance géologique des sources minéro-thermales des aires mésozoïques du Portugal. *Ministère des Travaux Publics, etc.*, Lisbonne, 8<sup>o</sup>, 136p., 1 pl.
- Choffat, P. (1895-1898) – Les eaux d'alimentation de Lisbonne – rapport entre leur origine géologique et leur composition chimique. *Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Tomo III, p.145-198.
- DRHG (s/ data) – Arquivos da Divisão de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos da Direcção-Geral de Geologia e Energia. Processos 28/MIN, 29/MIN, 30/MIN e 35/MIN.
- Garcez, C. (1963) – Roteiro turístico de Alfama. *Revista Municipal*, ano XXIV, nº 97, 2<sup>o</sup> trimestre, pp.50-65.
- Henriques, F. F. (1726) – *Aquilégio Medicinal*. Edição fac-similada de 1998. *Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 288p.
- Moitinho de Almeida, F. (1972) – Parecer hidrogeológico sobre uma sondagem executada no Largo do Chafariz de Dentro para o Metropolitano de Lisboa. *Revista da Faculdade de Ciências*, 2<sup>a</sup> série. C – Ciências Naturais, Vol. XVII – Fasc. 1<sup>o</sup>, pp. 187-196.
- Moitinho de Almeida, F. (1986) – Carta Geológica do Concelho de Lisboa, Escala 1:10000. Folha 4. Serviços Geológicos de Portugal.
- Mangorrinha, J. (1997) – Termalismo na Lisboa Ribeirinha: Séculos XVIII-XX. *Actas do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, pp. 383-400.
- Nunes, J. A. (1960) – Boletim da Fiscalização das Águas de Lisboa, nº 41, IV série, p.74.
- Oliveira Luzes e Narciso, A. (1934-1935) - Thermes du Tage inférieur. In: *Le Portugal hydrologique et climatique : troisième partie : Les eaux et les stations thermales du Centre du Portugal* / collaboration de Lisbonne: Sociedade Astória. Vol. 2, p. 719-741. Édition Officielle de la Direction Générale des Mines et Services Géologiques et de L'Institut d'Hydrologie et de Climatologie de Lisbonne.
- Santana, F. e Sucena, E. (1994) – Dicionário da História de Lisboa, pp. 39-41.
- Vieira da Silva, A. (1987) – A "Cerca Moura" de Lisboa (1<sup>a</sup> edição de 1899). Estudo histórico descritivo. Município de Lisboa, 3<sup>a</sup> edição. 195p.
- Vieira da Silva, A. (1987a) – A *Cerca Fernandina de Lisboa* (1<sup>a</sup> edição de 1948). Município de Lisboa, Volume II, 2<sup>a</sup> edição. 190p.